

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO BACHARELADO EM GEOGRAFIA

Maria Tatiana Pinho da Silva Santos

A “venda” da assim chamada “cidade inteligente e sustentável” em João Pessoa-PB: Discursos, realidades e contradições

João Pessoa-PB
2021

Maria Tatiana Pinho da Silva Santos

A “venda” da assim chamada “cidade inteligente e sustentável” em João Pessoa-PB: Discursos, realidades e contradições

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faleiros de Padua.

João Pessoa-PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237v Santos, Maria Tatiana Pinho da Silva.

A "venda" da assim chamada "cidade inteligente e sustentável" em João Pessoa-PB : discursos, realidades e contradições / Maria Tatiana Pinho da Silva Santos. - João Pessoa, 2021.

87 p. : il.

Orientação: Rafael Faleiros de Padua.

Monografia (Graduação/Bacharelado em Geografia) - UFPB/CCEN.

1. Tipos de cidades. 2. Cidades inteligentes. 3. Cidades sustentáveis. 4. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. I. Padua, Rafael Faleiros de. II. Título.

UFPB/CCEN

CDU 711.42(043.2)

ANEXO 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA
NATUREZA COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE
GEOGRAFIA

Resolução N.02/2021/CCBLG/CCEN/UFPB

PARECER DO TCC

Tendo em vista que o aluno (a)

Maria Tatiana Pinho da Silva Santos

(X) cumpriu () não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da Resolução N. 02/2021/CCBLG/CCEN/UFPB somos de parecer (X) favorável () desfavorável à aprovação do TCC intitulado: A "Venda" da Assim Chamada "Cidade Inteligente e Sustentável em João Pessoa-PB: discursos, realidades e contradições.

Nota final obtida: 8,5

João Pessoa, 02 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Orientador

Professor Coorientador (Caso exista)

Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)

Membro Interno ou Externo

Este trabalho é dedicado a todos desterrados que apenas sobrevivem nisto que denominamos vida.

AGRADECIMENTOS

CARTILHA DO POVO

Ninguém nasceu neste mundo para sofrer e virar santo
Deus nos fez para gozar mais do que derramar pranto
Mas na panela do povo só tem farofa de ovo
Quando almoço não janto

E todo trabalhador ao teto vai ter direito
A um salário compatível pelo que faz ou foi feito
Quem lavrar terra é dono não haverá abandono
Para quem tiver defeito

Contestação não é crime onde há democracia
Só ao cidadão pertence a sua soberania
Do poder coercitivo Jesus foi subversivo
Na versão da tirania

Eu sou dono do meu passe faço arte sem patrão
Só quem tem capacidade deve ser oposição
Por que lutar pelos fracos
É tatear no buraco da densa escuridão (...).
RIO, 17 de setembro de 1982.

Trecho do Poema de Raimundo Santa Helena.

Muito obrigada, Paraíba.

“A verdade é que não devemos aceitar essas condições. Temos de recusar categoricamente a situação que nos querem condenar os países ocidentais. O colonialismo e o imperialismo não estão quites conosco por terem retirado de nossos territórios suas bandeiras e suas forças policiais. Durante séculos, os capitalistas comportaram-se no mundo subdesenvolvido como verdadeiros criminosos de guerra”.

FRANTZ FANON; OS CONDENADOS DA TERRA, 1961.

RESUMO

No Brasil, há desigualdades estruturais com raízes políticas, econômicas e sociais, além de forças atuantes e atuais na produção e (re)produção do espaço, com variados agentes envolvidos no processo. Correa (2013) trabalha o conceito de segregação socioespacial, onde a organização espacial é um produto da existência de classes sociais, e este antagonismo aqui é evidenciado. A concentração da distribuição de renda, vistas no meio urbano, é agravada pela manifestação da agenda neoliberal, em que instituições financeiras, especialmente o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), adotam um planejamento para as cidades latino-americanas, articulados em projetos próprios de reforma do Estado, que tange à administração das atividades econômicas e gestão política, assim sendo, abrindo entrada para as empresas de capital internacional. Nosso recorte geográfico é os lugares onde o Programa “João Pessoa Sustentável” atua e que tem como partida o contrato de uma operação de crédito externo. Através deste empréstimo, há a justificativa de promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade que vai desde a modernização dos instrumentos de planejamento urbano, da prestação de serviços à administração pública e fiscal. O Programa é dividido em dois componentes: um de investimentos e outro de gestão administrativa, dentro do modelo exigido e guiado pelo BID. O prazo para execução é de 54 meses. A cidade é um organismo dinâmico e vivo, ela se transforma rapidamente, principalmente para absorver os interesses mercantis, de forma extensiva, onde a pobreza inevitavelmente é expulsa para as periferias ou áreas ainda não valorizadas. Esta cidade neoliberal de expressão ideológica burguesa, guiada por estes agentes externos e internos, se sobrepõe a qualquer sentido ou significado igualitário ou compassivo. Não importa se segrega ou aprofunda as desigualdades, pois estas questões não são analisadas pelo planejamento estratégico burguês, pois este visa o lucro e valorização de áreas urbanas. Encostas, topos de morros, terrenos acidentados em geral, que por décadas foram morada dos desterrados, na configuração da nova “cidade inteligente e sustentável” se transforma (“requalifica-se” ou “revitaliza-se”) em amenidades para agradar olhares contemplativos de quem pode pagar por tal, e as pessoas que ali estavam são removidas para outras localidades, talvez não tão ecológicas e “modernas”. Lembrando que a falta de uma renda acessível é a causa das ocupações irregulares, e até então, a ocupação dessas áreas insalubres para moradia nunca foi uma preocupação do poder público, apenas quando estas áreas passaram a ser percebidas e valorizadas pelo mercado. Do ponto de vista social, é um processo bastante preocupante, pois afasta os cidadãos despossuídos pertencentes das frações mais vulneráveis e oprimidos socialmente da sua cidade, desterritorializa, e, portanto, dentro de uma análise geográfica na perspectiva da vida concreta e da materialidade existente, este trabalho busca compreender as disparidades e condições atuais, contrapondo os planejamentos propostos para transformar a cidade de João Pessoa em “sustentável e inteligente” através de impulsos externos e mercadológicos. Compreendendo a produção capitalista do espaço, nessa perspectiva, que propostas de sustentabilidade, inteligência e mitigação de impactos promovem conjuntamente a justiça socioambiental? Uma vez que os fenômenos locais aqui apontados têm uma natureza global e sistêmica. A ideia deste trabalho parte da realidade concreta, e os fatos que se opõem são do plano abstrato e por fim os choques dessas duas levam a conclusão, ora síntese.

Palavras-chave: Cidades inteligentes. Cidades Sustentáveis. BID.

ABSTRACT

In Brazil, there are structural inequalities with political, economic and social roots, in addition to current and active forces in the production and (re)production of space, with various agents involved in the process. Correa (2013) works on the concept of socio-spatial segregation, where spatial organization is a product of the existence of social classes, and this antagonism is evidenced here. The concentration of income distribution, seen in the urban environment, is aggravated by the manifestation of the neoliberal agenda, in which financial institutions, especially the World Bank (WB) and the Inter-American Development Bank (IDB), adopt a plan for Latin cities. articulated in their own projects of State reform, which concerns the administration of economic activities and political management, thus opening entry for companies with international capital. Our geographic focus is the places where the “João Pessoa Sustentável” Program operates, based on the contract of an external credit operation. Through this loan, there is a justification for promoting the social, economic and environmental development of the city, ranging from the modernization of urban planning instruments, the provision of services to the public and fiscal administration. The Program is divided into two components: one for investments and the other for administrative management, within the model required and guided by the IDB. The deadline for execution is 54 months. The city is a dynamic and living organism, it changes quickly, mainly to absorb commercial interests, extensively, where poverty is inevitably expelled to the peripheries or areas not yet valued. This neoliberal city of bourgeois ideological expression, guided by these external and internal agents, overrides any egalitarian or compassionate sense or meaning. It does not matter whether it segregates or deepens inequalities, as these issues are not analyzed by bourgeois strategic planning, as it seeks profit and valorization of urban areas. Slopes, hilltops, rough terrain in general, which for decades were home to the exiled, in the configuration of the new "smart and sustainable city" is transformed ("requalifies" or "revitalizes itself") into amenities to please contemplative eyes of those who can pay for it, and the people who were there are removed to other locations, perhaps not so ecological and “modern”. Remembering that the lack of affordable income is the cause of irregular occupations, and until then, the occupation of these unhealthy areas for housing was never a concern of the government, only when these areas started to be perceived and valued by the market. From a social point of view, it is a very worrying process, as it distances the dispossessed townspeople belonging to the most vulnerable and socially oppressed fractions of their city, it deterritorializes, and therefore, within a geographical analysis from the perspective of concrete life and existing materiality, this work seeks to understand the disparities and current conditions, contrasting the plans proposed to transform the city of João Pessoa into “sustainable and intelligent” through external and market impulses. Understanding the capitalist production of space, from this perspective, which proposals for sustainability, intelligence and impact mitigation jointly promote socio-environmental justice? Since the local phenomena mentioned here have a global and systemic nature. The idea of this work starts from the concrete reality, and the opposing facts are from the abstract plane and, finally, the clashes of these two lead to a conclusion, sometimes a synthesis.

Keywords: Smart cities. Sustainable Cities. IDB.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Espaço de ocupação do Residencial Irmã Dulce	23
FIGURA 2 – Shopping Pátio Altiplano com 80 salas e 70 lojas	24
FIGURA 3 – Adensamento e tamanho dos lotes do bairro Gramame	25
FIGURA 4 – Adensamento e tamanho dos lotes do bairro Altiplano	26
FIGURA 5 – Mapa de vulnerabilidade socioambiental	32
FIGURA 6 – Ilustração da cidade controlada via sistemas informacionais	41
FIGURA 7– Mapa das áreas de futuras remoções	47
FIGURA 8– Mapa das áreas de futuras remoções	47
FIGURA 9– Imagem com gráfico sobre a opinião pública	58
FIGURA 10– Foto dos protagonistas dos filmes	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro de sistematização dos indicadores de impactos	67
Quadro 2 – Quadro de cenário do crescimento urbano	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

BID Banco interamericano de desenvolvimento

BM Banco mundial

DIT Divisão internacional do trabalho

ELOS Escritórios Locais de Gestão Compartilhada

FUNDURB Fundo de Urbanização

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OC Operação de crédito

OP Operação de crédito citado no documento do Programa “João Pessoa Sustentável”

PDC Plano de Desenvolvimento Comunitário

PMJP Prefeitura Municipal de João Pessoa

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

ZEIS Zonas Especiais de Interesses Sociais

SUMÁRIO

1	- INTRODUÇÃO	15
1.1	PERIFERIA E AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA	19
	1.2- VULNERABILIDADE	30
2	-- CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS.....	33
3	-- CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO.....	43
	3.1- PROGRAMA DE AÇÃO	53
	3.2- VELHA HISTÓRIA	62
	3.3- MESMA HISTÓRIA	64
4	-- CENTRO E A PERIFERIA	68
5	-- SEM CONCLUSÕES, APENAS REFLEXÕES	77
	REFERÊNCIAS	82

1 - INTRODUÇÃO

A moradia é um elemento fundamental para a reprodução social, mas esta demanda não é plenamente atendida, ou seja, não há habitações populares dignas para grande parte das pessoas no nosso país, desta forma na tese de Araújo (2019), comprovou que o Estado brasileiro nunca se preocupou de forma significativa com as questões relativas ao espaço urbano, principalmente no que se refere à habitação popular. Logo, em um país tão desigual, poucas foram às políticas voltadas para as famílias mais pobres. Espoliados do direito de uma moradia digna e expostos à lógica imobiliária, que elegem as localizações para seus empreendimentos, dentro de um ambiente ideológico, capitalista e especulativo, uma estrutura montada para não haver brechas de questionamentos, contestações, argumentações ou revoltas, por mais que existam movimentos que questionam esta ordem dominante, boa parcela da população está em um impasse, sofrendo os altos "custos de vida" de determinadas localidades.

Há uma estrutura material e ideológica consolidada no espaço urbano. Espaço este que é dinâmico, onde o capital está circulando, mantém o processo de acumulação e se reproduz em diferentes escalas. Alguns autores apontam para uma expansão desse capital baseado na espoliação. O livro "A espoliação urbana", publicado em 1979, foi uma contribuição de Lúcio Kowarick para a constituição da sociologia urbana no país, e fala sobre as "faltas" ou pode-se dizer "saques" dos direitos sociais e a precarização de serviços dos equipamentos públicos, que reproduz e amplia desigualdades. O autor pesquisou algumas comunidades na cidade de São Paulo e região metropolitana;

"Trata-se de um conjunto de situações que pode ser denominado de espoliação urbana: é somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. Na Grande São Paulo, são inúmeras as manifestações dessa situação espoliativa, que vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas, isto para não falar da inexistência das áreas verdes, da falta de equipamentos culturais e de lazer, da poluição ambiental, da erosão e das ruas não pavimentadas e sem iluminação." (KOWARICK, 2000, p.22).

Pois bem, além das condições concretas que não permitem a garantia básica da reprodução da vida e da família para os mais pobres, temos neste momento atual o avanço das políticas neoliberais (tema complexo com várias concepções teóricas e grupos intelectuais, engajados nos estudos sobre o neoliberalismo) que sob a perspectiva política e econômica compreendida neste trabalho; é uma expressão ideológica burguesa (conceito marxista, utilizado por alguns autores) que favorece os capitais financeiros, e para tal reorganiza as cidades em uma “roupagem” de sustentação “tecnológica e ecológica”, revelando a equivocada ideia de preocupação com o futuro das cidades e o meio ambiente. Mas para que este arranjo aconteça se faz necessário um controle da governança, expressando justamente novas formas de acumulação e articulação entre o poder público e o privado, através da produção do espaço (e também sobre a hegemonia do sistema financeiro), com a entrada de empresas de capital estrangeiro, operações de crédito externo, e as remoções involuntárias (expulsões) de comunidades/favelas de áreas centrais.

No recorte geográfico, compreendido neste trabalho, a antiga “Nossa Senhora das Neves”, fundada em 1586, passou por várias alterações de nome, até receber o nome atual em homenagem ao político João Pessoa, ainda na década de 1930. É uma cidade nordestina e litorânea de rico meio físico natural. No documento do plano de ação do programa “João Pessoa Sustentável”, a capital foi escolhida para o empréstimo, para se tornar uma cidade inteligente e sustentável, pois apresentou os seguintes dados;

(...) um crescimento populacional bastante expressivo entre 2000 e 2010. A sua população total, que era de 597.934 habitantes em 2000, passou a 723.515 habitantes em 2010 (...) A economia de João Pessoa, entre 2000 e 2010, teve maior participação do setor de serviços, responsável por aproximadamente 54% do valor adicionado, encontrando-se, ademais, com expressão crescente em período recente. (p.24)

O programa e suas especificidades serão abordados no capítulo 3. Dentro de programas de planejamento há projetos hegemônicos e as implicações e impactos são sentidas em maior magnitude pelas populações mais pobres residentes no meio urbano. Nesta opressão pela mercantilização da terra aparecem os cartazes em embalagem entusiasta como o do programa estudado neste trabalho.

O tal empréstimo para que o programa fosse viabilizado, foi autorizado pelo Senado Federal, com data de aprovação pela diretoria do BID em 13/12/2017, e com a assinatura contratual firmada em 20/12/2018. O objetivo geral do “Programa João Pessoa Sustentável” divulgado no site oficial da prefeitura, é;

(...) promover a sustentabilidade por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal. Diminuir a desigualdade urbana, modernizar os instrumentos de planejamento urbano e a prestação de serviços; modernizar a administração pública e fiscal com modelo de gestão por resultados e reestruturação da área de receita. Assim, a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID assinaram contrato de empréstimo nº 4444/OC-BR. BRL 1421 – João Pessoa, referente ao Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável. O contrato assinado é uma operação de crédito externo que foi autorizado pelo Senado Federal, através da Resolução nº 29/2018. O custo total do Programa é estimado em US\$ 200.000.000,00 sendo US\$ 100.000.000,00 financiados pelo BID e US\$ 100.000.000,00 em contrapartida da Prefeitura. No site oficial do município, há documentos sobre o plano de ação, mudanças climáticas, vulnerabilidade e riscos ambientais, crescimento urbano, e os residenciais construídos como contrapartida.

Para a construção da cidade “inteligente e sustentável”, há “inevitavelmente” os processos de intervenções urbanas, e a justificativa para tais modificações é promover o desenvolvimento integral da cidade, no entanto, há o enorme empréstimo envolvido e as condições exigidas pela instituição financeira internacional que fornece o empréstimo. Além das futuras remoções involuntárias de moradores de áreas bem localizadas no contexto da cidade, há a permanência da ausência urbanística sentida pelos moradores de áreas periféricas, e o déficit habitacional, vez que não há nenhum projeto de melhoria voltada aos bairros periféricos da cidade, ou para solucionar o aumento significativo da população em situação de rua.

Sousa (2012), em um artigo sobre o modo de produção capitalista e a subjetividade individualista na espacialidade humana, fala sobre a intervenção no espaço através da ideologia capitalista-estatal;

O modo de produção capitalista tem a mercadoria como símbolo da apropriação. Assim, uma tendência central do capitalismo aponta para uma mercantilização desenfreada de tudo aquilo que se pode transformar em mercadoria, entrando na circulação que ocorre dentro dos mercados. O espaço, portanto, não poderia escapar à lógica de reificação do capital; de mero coadjuvante no processo de produção e reprodução capitalista, onde as mercadorias eram produzidas e circulavam, passa ele próprio a constituir uma mercadoria, sujeito às “regras do jogo”. (p.83).

Logo, a especulação imobiliária produz a desterritorialização, e até mesmo a privatização do que fora antes espaço público, tornando a convivência urbana baseada no individualismo, na competição e na busca pela acumulação material. Dentro de uma expressão ideológica, as cidades “inteligentes e sustentáveis” que falam apenas de “modernizar” e não trata a questão fundiária como essencial e fulcral dentro das relações sociais, apenas empurram a “sujeira para debaixo do tapete” e não resolvem a questão e as causas dos problemas socioespaciais vistos como “desafios” pelos gestores, especialistas em tecnologia, e consultores econômicos. Pois, ao estimular o mercado, ignoram que dentro desta sociedade há os desterrados, que não podem pagar pela cidade formal, legalizada, dita regularizada e estes ocupam um lugar físico e social no mundo, e percebem esta produção mercadológica e seus vazios urbanos como variados espaços sem nenhuma função social e que são usados de forma especulativa e não como habitação. Habitação esta, tão preciosa e necessária para quem não a tem. Iniciando assim o conflito e as contradições urbanas.

Compreendendo o papel central da propriedade privada da terra e a face perversa que isto ocupa no sistema capitalista, analiso de forma qualitativa, documental e bibliográfica o novo programa, com críticas sobre tal projeto que visa transformar o município em “sustentável e inteligente”. Embora não seja contra o uso consciente de recursos naturais e as facilidades proporcionadas pela tecnologia, o caminho adotado deste desenvolvimento sustentável é uma ideia (ideologia) de força produtiva baseada em compra e renovação de aparatos tecnológicos, estímulos para o mercado tanto comercial como o financeiro e especulativo, portanto o objetivo do dito sustentável propostos neste projeto não se dará, pois há uma falsa noção de conciliação entre o capital e a questão da mitigação de impactos ambientais. Sem alterar as estruturas do conjunto das relações sociais e a troca comercial visando o acúmulo capitalista, não se chega ao ideal ecológico. Até mesmo porque, este sistema e suas relações dependem de uma dinâmica de possuir e despossuir. Dominantes e dominados, em uma relação dialética.

A palavra “despossuído” é um adjetivo e significa não possuir, não estar em posse de algo, dá uma ideia de transitoriedade e também de exclusão. “Os Despossuídos” livro de Ursula K. Le Guiné é considerado um clássico dentro dos gêneros de ficção científica e fantasia, publicado pela primeira vez em 1974, nos

Estados Unidos. Fala da importância da utopia, acalanto para os dias tão difíceis em que vivemos. Já “Despossuídos” livro com o mesmo nome, escritos de Karl Marx de 1842, traz artigos que tratavam do direito sobre o uso da terra, e da noção de que o primeiro roubo se dá com a primeira apropriação privada. Esse desdobramento visto por Marx justifica a sobreacumulação (ou superacumulação, onde capitalistas acumulam sem fins produtivos). Ruy Mauro Marini tratou o tema da crise de sobreacumulação na América Latina, resgatou a teoria marxista da dependência (TMD) para explicar de forma rigorosa as estruturas de poder, embora neste trabalho, não irei tratar desta teoria e sim sobre a consequência a partir desta constituição teórica, e a acerca de um projeto estratégico que está sendo construído em João Pessoa-PB, e que Marini já observava em seus estudos de que as desigualdades sociais se aprofundam, vez que, tal processo é inerente à forma de funcionamento do capitalismo.

Assim sendo, o primeiro capítulo fala sobre a segregação e a ausência de infraestrutura na periferia pessoense, a vulnerabilidade social e ambiental destas localidades. O segundo capítulo é a análise sobre cidades inteligentes e sustentáveis. No terceiro capítulo há a contextualização dos projetos para o município, o programa de ação, a velha história e promessas contadas para a população de João Pessoa e a experiência e os impactos de um reassentamento urbano na cidade de Belém-PA. E o quarto capítulo usando como base a filmografia do cineasta britânico Kenneth Loach (conhecido artisticamente pelo nome Ken Loach) há observações sobre as questões do mundo do trabalho tanto no centro como na periferia do planeta, e por fim as considerações finais, voltada a reflexões.

1.1 PERIFERIA E AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Há muitos artigos, livros, textos publicados no meio acadêmico sobre a urbanização e principalmente a respeito do futuro das cidades, isto é, um questionamento sobre a questão física, política e econômica que abrange esta porção considerável do território, e principalmente focada na pauta da “falta” de lugar (ou excesso, no caso dos vazios urbanos) que crescem a cada dia e afeta as populações mais pobres, lugar este que quando encontrado não é reconhecido, ou

chamado de irregular ou ilegal. As moradias dentro destas localidades “marginais”, em sua grande maioria são precárias, até mesmo porque são assentadas em sítios não apropriados, devido às condições socioeconômicas dos que ali habitam, muitas vezes expostos a riscos ambientais. Há ainda a falta de qualidade dos serviços públicos ali prestados e toda sujeição à violência de um local estigmatizado por tal, que ignora e ao mesmo tempo discrimina uma parcela considerável da população nos grandes centros urbanos brasileiros, que apenas servem a classe dominante dentro da precarização do mundo do trabalho.

Pois bem, é nas cidades o abrigo de todas as estratificações sociais, e onde o sistema capitalista se materializa. Em um primeiro plano, na gestão de políticas urbanas no Brasil, pois há uma ligação muito forte entre a política institucional e os interesses dos grupos privados do setor imobiliário, que muitas vezes têm seus "representantes" em cargos públicos, priorizando assim o favorecimento à especulação imobiliária. Por outro lado, há a conquista de instrumentos legais de garantia de direitos sociais, resultado de lutas urbanas diante das contradições postas, embora que, na maioria dos casos, este ordenamento jurídico e urbanístico garantidor de direitos não é concretizado, ou é arrastado judicialmente por muitos anos. Além do mais, vivemos hoje a agenda neoliberal urbana, que é um avanço de uma expressão ideológica no processo decisório da política pública no Brasil. Ou seja, além das forças políticas locais, dispomos, em nossas cidades, do poder e da influência do capital global.

A capital da Paraíba, João Pessoa, não é exceção. Em 17 de junho de 2020, foi alterado o Plano Diretor em vigor do município. A maioria dos vereadores através de Lei Complementar votaram na proposta feita pela Prefeitura Municipal, durante sessão ordinária, e aprovaram alterações no Plano Diretor da cidade. Uma das modificações da lei retira a exclusividade dos recursos do Fundo de Urbanização (FUNDURB) para as Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS). As ZEIS são as áreas da cidade, delimitadas no Plano Diretor, como locais de menor infraestrutura urbana e que coincidem com as áreas onde estão assentadas as comunidades carentes de recursos financeiros e vulneráveis socialmente. Pois bem, agora pulverizaram o recurso para outras áreas da cidade, não cabendo mais um direcionamento exclusivo da verba para as ZEIS. Não bastando apenas isto, em 19 de abril de 2021, o prefeito Cícero Lucena autorizou a Ordem de Serviço para

contratação de uma empresa especializada que fará a elaboração da revisão do Plano Diretor de João Pessoa. O documento estabelece o trabalho que será desenvolvido em consonância com o Programa de Ação “João Pessoa Sustentável” para adequar-se às exigências do BID, banco internacional que realizou o enorme empréstimo para o município.

No Brasil, as bases para o planejamento das cidades estão estabelecidas no Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001). O Estatuto da Cidade é um marco legal para o desenvolvimento das cidades, junto à Constituição de 1988, de onde originam seus princípios e diretrizes fundamentais. Planos diretores estabelecem uma série de etapas para sua elaboração, priorizando a participação social em todo o caminho (CARVALHO, 2001). Começa com a organização de um núcleo gestor com participação de lideranças dos diferentes segmentos da sociedade (governo, empresas, sindicatos, movimentos sociais, comunidades entre outras), segue com a realização de uma leitura da situação e reivindicações atuais, passando à elaboração e discussão de uma minuta de lei e, para então finalmente, a aprovação na Câmara Municipal, embora o caminho adotado pela prefeitura atual vai na contramão.

Antes de falar sobre o grande programa que está por trás das ações da Câmara Municipal, Prefeitura, e o futuro do Plano Diretor do município é importante compreender a ausência de infraestrutura em alguns bairros na cidade de João Pessoa, que antecede a chegada destes planejamentos estratégicos burgueses, voltados para a construção de uma “cidade inteligente e sustentável”. Em um primeiro momento é importante perceber que a atual João Pessoa, foi construída de forma planejada, já nasceu como cidade, embora tenha se expandido ao longo dos anos, dentro das contradições próprias do capitalismo, onde as moradias nas cidades são mercadorias, e nem todos podem pagar por ela, embora todos precisem viver em algum lugar físico, além da necessidade de vender a força de trabalho no meio urbano.

A ausência da infraestrutura urbanística é entendida como algo submisso a uma urbanidade, a falta de reconhecimento do direito coletivo de todos que habitam uma mesma localidade de mesma gestão. A democratização dentro das cidades, que em suma é uma qualidade nos traços da vida cotidiana, com diversidade e

interação de perfis das pessoas utilizando o serviço público. Ou seja, a cidade acolhedora de valores mais humanísticos, de uma vitalidade e alteridade urbana. Ao analisar os trabalhos sobre alguns bairros periféricos de João Pessoa, é percebido esta ausência de infraestrutura urbanística, que é encontrada em bairros nobres da cidade próximos a orla marítima e pontos turísticos.

Na monografia de Anny Karoline dos Santos (2019), traz reflexões sobre o direito à moradia e tem como objeto de estudo o Residencial Irmã Dulce, um empreendimento do programa “Minha casa, Minha vida” voltado para a faixa econômica mais baixa, localizado no bairro Gramame, uma área periférica da zona sul da cidade. Este trabalho analisou como os moradores percebem os problemas de acesso a serviços e equipamentos, o acesso a transporte e a opinião sobre a própria moradia, etc. E a autora referida constatou que o programa (PMCMV) foi voltado para financiar apenas imóveis novos, logo, exigiu-se a construção de novas unidades habitacionais. Assim foram feitos investimentos no setor da construção civil e deu às empresas privadas, geralmente grandes construtoras, o direito de construir as habitações da população de baixa renda.

O PMCMV surge com o objetivo de financiar empresas privadas para a construção de habitações para as classes que apresentem renda de 0 a 10 salários mínimos. A primeira fase do Programa teve como meta inicial a produção de 1 milhão de unidades habitacionais, sendo que destas 400 mil seriam direcionadas para famílias com renda de até 3 salários mínimos. Em sua segunda fase de implantação, iniciada no ano de 2011, o PMCMV2 teve como meta a construção de 2 milhões de unidades habitacionais, o dobro da anterior. (SANTOS, 2019, p.41).

No bairro de Gramame, foi construído um total de 3.112 unidades habitacionais (São quatro residenciais populares do PMCMV- Faixa I: Residencial Irmã Dulce, Residencial Jardim das Colinas, Residencial Colinas de Gramame e Residencial Vista Alegre). Nas conversas (entrevistas) que ela teve com alguns moradores são relatados problemas no Residencial Irmã Dulce (recorte geográfico desta monografia), referentes à qualidade dos apartamentos, problemas estes presentes desde a entrega dos imóveis aos beneficiários, como infiltrações, inconvenientes hidráulicos, rachaduras e a falta das cerâmicas nos pisos das unidades habitacionais. Além do que, foi constatada uma falta de infraestrutura urbanística, como ausência de linhas de ônibus para o deslocamento principalmente para o centro da cidade, pois os moradores relataram que demoram entre uma e duas horas esperando o ônibus na parada, assim atrasando no deslocamento até o

local de destino, ademais há o alto custo da passagem para esta parcela da população, que dificulta o acesso ao transporte público. A falta de espaço de lazer também se torna uma problemática, uma vez que muitas crianças ficam confinadas dentro de seus apartamentos. E finaliza o trabalho refletindo sobre a habitação popular, que quando é viabilizada pelo mercado privado, acaba contribuindo para a segregação socioespacial das famílias mais pobres. Diante de toda adversidade apresentada, este conflito acaba por favorecer ainda mais a especulação imobiliária, e não oferece de fato o direito de uma moradia digna a todos os beneficiários, pois o objetivo inicial não foi pensado no bem-estar da multiplicidade dos moradores, mas no lucro que esta construção poderia representar para seus empreendedores privados.

Estas precariedades ficam perceptíveis na imagem a seguir:

Figura 1: Espaço de ocupação do Residencial Irmã Dulce:



Fonte: Fotografia Anny Karoline Simão, 2019 compilação do In: SANTOS, Anny. PRODUÇÃO DA MORADIA POPULAR E A REALIDADE URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RESIDENCIAL IRMÃ DULCE- JOÃO PESSOA/PB, TCC, DEGOC-UFPB, 2019.

Em outra monografia, de Flavio Costa (2014), trata da especulação imobiliária do bairro do Altiplano, que fica na zona leste da cidade, região valorizada pelo mercado imobiliário. Nesta monografia, há um capítulo sobre a segregação espacial, e no recorte analisado foi identificado o processo de auto-segregação, onde a seletividade e especificidade dos empreendimentos representam um signo

de diferenciação social, pois pelos altos valores dos imóveis que atrai apenas perfis de moradores que podem pagar por tal. Além do mais, o autor constatou que a ação do poder público nos serviços de infraestrutura e pavimentação privilegia as áreas ocupadas pelos empreendimentos de valor mais elevado. Tanto é que o bairro teve uma transformação imobiliária e comercial acelerada em curto período de tempo, e no dia 14 de setembro de 2018 ocorreu à inauguração do Shopping Pátio Altiplano (espaço privado de lazer da ideologia burguesa), com mais de 80 salas e 70 lojas, dentre elas, grandes grifes internacionais.

Este empreendimento, e sua concepção podem ser vistas na imagem a seguir, que se diferencia arquitetonicamente do Residencial Irmã Dulce, visto anteriormente:

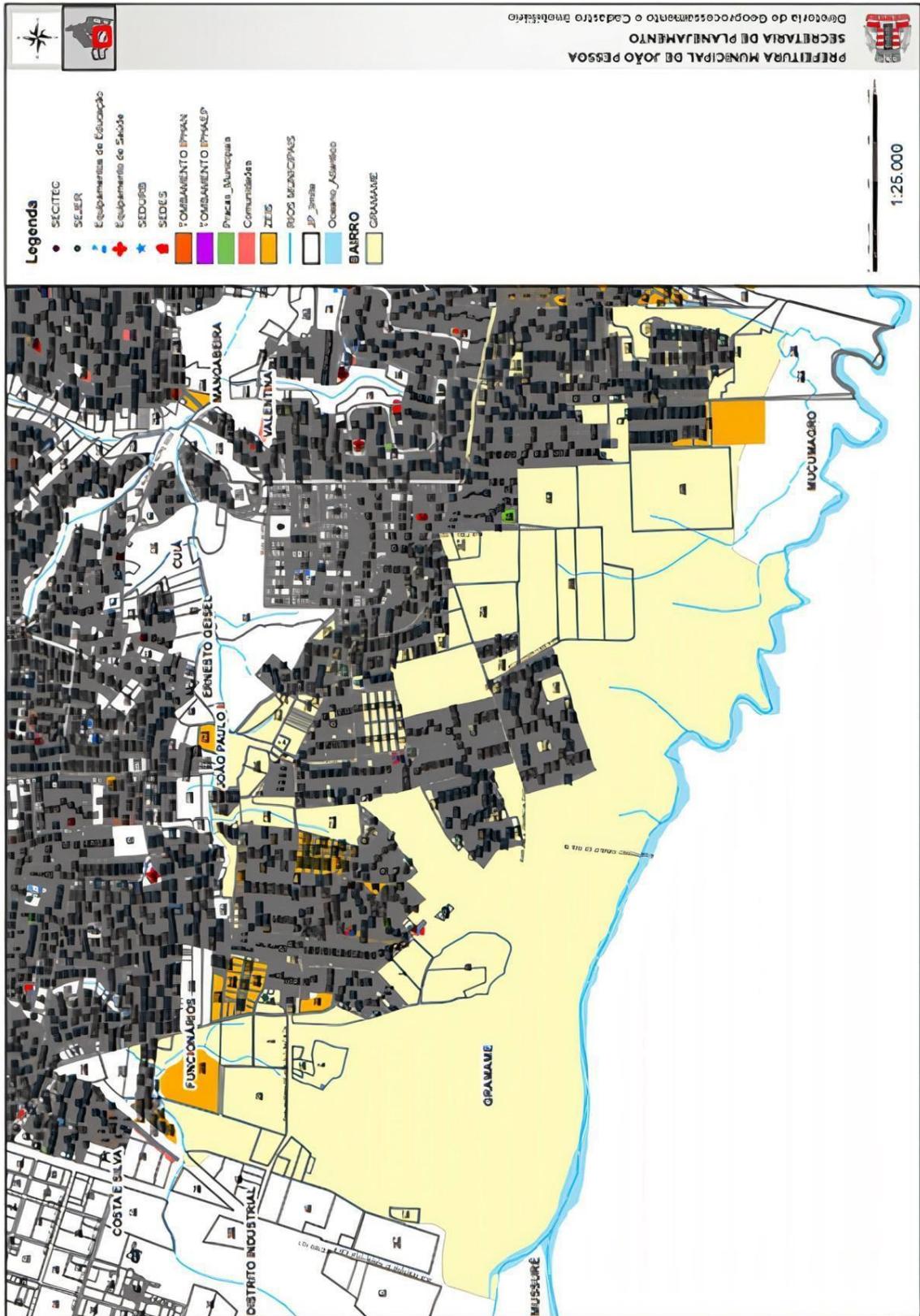
Figura 2: Shopping Pátio Altiplano com 80 salas e 70 lojas:



Fonte: Fotografia do Site oficial do Shopping, 2021.

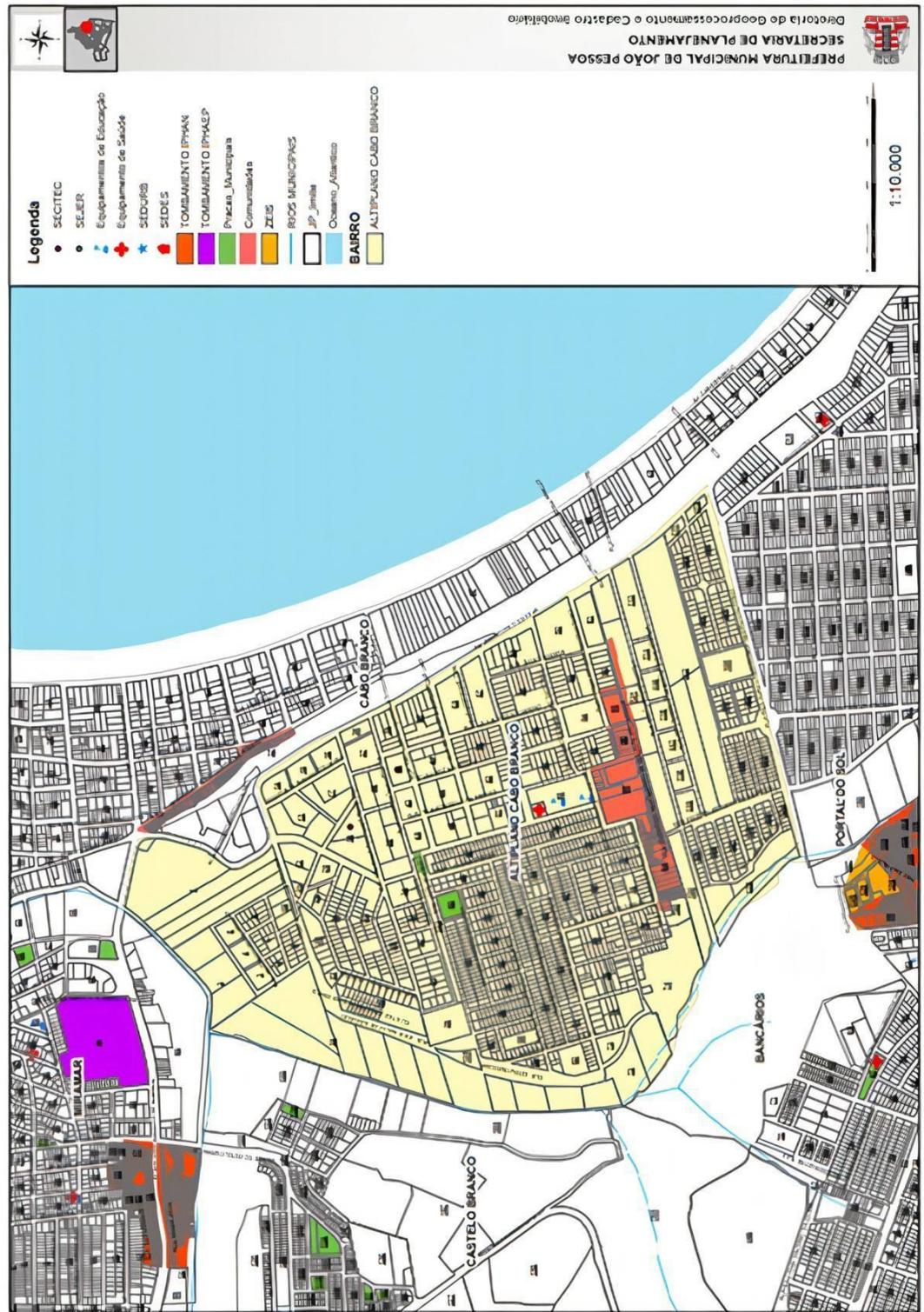
A partir destas comparações entre bairros da mesma cidade, há também a questão do adensamento e as distribuições dos lotes urbanos, que podem ser vistas nos dois mapas a seguir:

Figura 3: Adensamento e tamanho dos lotes do bairro Gramame:



Fonte: Site <http://geo.joaopessoa.pb.gov.br/digec/htmls/mapas.html> < fev2021.

Figura 4: Adensamento e tamanho dos lotes do bairro Altiplano:



Fonte: Site <http://geo.joaopessoa.pb.gov.br/digeoc/htmls/mapas.html> < fev.2021.

São duas situações diferentes urbanas, a primeira é de um bairro periférico em que construíram moradias populares para atender uma demanda, ali foi averiguada uma falta de infraestrutura na maioria das habitações, e a ausência de qualidade urbanística na área, falta de investimentos por parte da prefeitura, além de um adensamento com muita concentração de lotes. No segundo trabalho, foram pesquisados os empreendimentos verticalizados, a especulação imobiliária, e a ação do poder público para uma qualidade urbanística e infraestrutura, até mesmo para receber um *Shopping Center*. Geralmente bairros nobres é toda região de uma cidade na qual há excelente infraestrutura urbana, diversas opções de comércios e serviços, amplas áreas verdes e muita segurança. Mas porque este acesso qualitativo não pode ser ampliado para toda a cidade? Porque há tantas desigualdades de serviços dentro de um mesmo perímetro urbano, administrado por uma única prefeitura?

A partir destas referências urbanísticas vistas acima, ao analisar os documentos que tratam das remoções previstas pelo projeto “João Pessoa Sustentável”, percebe-se que o modelo utilizado pelas construtoras, seguirá os moldes padrões de residenciais populares, como vistos no Residencial Irmã Dulce, com pequenas adequações, que não respondem às necessidades dos moradores do complexo, uma vez que eles não foram consultados para a concepção e planejamento. Para os mais pobres não há escolhas. Os melhores serviços, as melhores construções e qualidade ambiental são para o público seletivo. Os que não podem pagar precisam se resignar a morar em bairros onde tudo é um pouco mais precário, até mesmo quando é construído para abrigar famílias em situação de precariedade (residenciais populares). Pois, o processo de especulação imobiliária causa a exclusão social, e altera o valor da terra urbana, além de abrir um abismo que evidencia a luta de classes. Segundo o boletim *Desigualdades nas Metrôpoles 2020*¹, ricos ganham 88,30 vezes a mais que os 40% mais pobres em João Pessoa.

¹ A Região Metropolitana de João Pessoa foi a que mais apresentou crescimento da desigualdade social em todo o país, conforme a quarta edição do “Boletim Desigualdade nas Metrôpoles”, elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e com o Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/desigualdade-nas-metrosoles-atinge-nivel-mais-alto-ja-registrado/>.

Ou seja, como foi constatado no artigo publicado na revista: “Sociabilidades Urbanas–Revista de Antropologia e Sociologia”, o processo de transformação da cidade de João Pessoa, e as ofensivas civilizadoras, apresentam um lugar de modernização conservadora e de atraso social, com desenvolvimento assimétrico, pautado em uma lógica da economia de mercado, e da superexploração das camadas socialmente mais baixas (Barbosa, 2019). Esta luta de classes aqui é entendida como uma reivindicação pela redistribuição de bens fundamentais para a reprodução da vida; a crítica é voltada à expansão e domínio territorial por um grupo que busca a ocupação mercantil e o poder político. E nossa cidade, além de ter estas relações desiguais e sociais bem evidentes, se transforma cada vez mais neste neoliberalismo urbano, de ordem patrimonialista, aliança sempre revigorada entre a tecnocracia local ou oligarquias regionais, com o poder central e instituições financeiras internacionais. Maria da Conceição Tavares (2000), no capítulo sobre Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes, compreendeu o início deste movimento de ordem nacional, que nos ajuda na compreensão das questões aqui colocadas:

Finalmente, as relações de dominação e cumplicidade entre os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional foram a moldura estrutural que enquadrou a formação de nossas elites “cosmopolitas” e o caráter mais ou menos dependente – ou associado – de nossa burguesia com o capitalismo financeiro internacional. Estas relações financeiras desiguais terminam em geral num processo de endividamento externo do Estado, que conduz periodicamente ao estrangulamento das finanças públicas e alimenta os conflitos do governo central com as elites locais por tornar escassos os “fundos públicos”. Por sua vez, essas relações de dependência financeira externa dificultam o processo de arbitragem pelo Estado do valor do dinheiro nacional, como forma de denominação e equivalência geral dos capitais particulares. O resultado histórico é que nossa moeda foi quase sempre inconversível e tende secularmente à depreciação, tornando vulneráveis várias frações da burguesia, além, naturalmente, de prejudicar as condições de vida do povo. (TAVARES, 2000, p.138).

A autora traz elementos de dependência tecnológica, financeira e cultural que marcam o comportamento brasileiro, de uma parcela da classe dominante aliada e subordinada ao capital internacional, que busca vantagens e dentro do nosso recorte geográfico atual, são os “cúmplices” que pretendem transformar a cidade em “sustentável e inteligente”, seguindo os mesmos paradigmas históricos. Neste momento, esta aliança é vista no programa “João Pessoa Sustentável”, que consiste numa parceria da prefeitura (PMJP) firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tem como objetivo primordial promover o

desenvolvimento urbano do município, tendo como pilares o planejamento da gestão pública municipal. Este tipo de parceria, conforme afirma Arantes (2006), trata-se de planejamento estratégico, no qual os bancos multilaterais, desde a década de 1980, estão na construção de alternativas de mercado para o financiamento das cidades, assim como a criação de agências privadas de intermediação financeira, como forma de ampliar a base de acumulação do capital. Assim sendo;

Podemos estar presenciando a efetiva transformação de uma parcela dos governos locais, especialmente os que administram os territórios os quais dão suporte aos negócios transnacionais, em estruturas administrativas cada vez mais treinadas para dar resposta aos grandes interesses privados e desembaraçadas de qualquer compromisso com a democracia real, como prega a doutrina da “boa governança”. Ao mesmo tempo em que amplia a dívida externa, isso está produzindo não apenas “práticas bem-sucedidas”, mas desastres sociais e ambientais comandados pela mais absoluta indiferença, envolta em uma aparência de racionalidade puramente técnica. (ARANTES, 2006, p.74).

Portanto, diante dos interesses aqui explicitados, amplia-se cada vez mais, a segregação urbana, com a opção por um modelo de estrutura socioeconômica dependente que se transforma ao longo do tempo, mas mantém a dependência, ampliando ao mesmo tempo o caráter rentista e patrimonialista. Esse processo evidencia a grande desigualdade entre ricos e pobres dentro da cidade, pois não se consegue dentro deste espectro garantir o mínimo de condições socialmente democráticas e independência financeira para a classe subordinada (como exemplo o tal empreendedorismo, que em momentos de crise econômica ou pandêmica, não sobrevive). Este caminho leva a precarização para boa parte da população mais pobre, intensificando e estendendo a falta de qualidade urbanística nas localidades periféricas, pois só se investe em lugares que possivelmente trarão lucro para o capital privado e público, além de um possível aumento dos desterrados e sem-teto, que não conseguem suportar os custos da moradia diante da expulsão de seus lugares, pelo aumento do preço da terra urbana, além do subemprego e do desemprego.

E neste ponto quero abrir um parêntese para mostrar que este modelo ideológico, hegemônico e meritocrático reforça a invisibilidade social, e anula vocações. Habilidades são desperdiçadas, pois as condições da classe trabalhadora brasileira com uma carga excessiva de trabalho, em subempregos, informalidade ou até mesmo como desempregados (as) sem perspectivas, não possibilita a dedicação

e aprimoramento das aptidões. Até mesmo porque grande parte da população mais pobre (pauperizada) não conseguiu ser alfabetizada, este direito foi negado. Podemos utilizar como exemplo a história do grande intelectual Florestan Fernandes, que seu desejo inicial na juventude era cursar engenharia química, porém pela necessidade financeira de trabalhar, foi obrigado a escolher um curso de meio período já que o que desejava tinha aulas em tempo integral, e se formou em ciências sociais, e passou a vida dedicando-se à defesa de oportunidades educacionais. Poderíamos ter contribuições de um brilhante engenheiro químico que realizou o sonho vocacional, caso tivéssemos outro modelo de sociedade pautada na valorização das potencialidades humanas, por mais que Florestan Fernandes seja referência intelectual na área sociológica, escolheu este campo de estudos devido à disponibilidade de conciliar estudos e trabalho, mas não era seu propósito juvenil, embora que, para muitos sequer há uma conciliação ou ampliação de possibilidades. Desta forma, há uma culpabilização sobre pessoas que não sabem “competir”, que não souberam vender-se ao mercado de trabalho formal ou que não conseguem sequer manter-se na informalidade. Sempre falta algo, uma insuficiência. Como um fantasma do inválido, incompetente, do desprovido de cognição, desta forma, há a subjugação alimentando discursos disciplinadores e forças repressivas. É a manipulação e mercantilização provocando o sofrimento humano, mascarando a negligência e o desamparo estatal.

1.2- VULNERABILIDADE

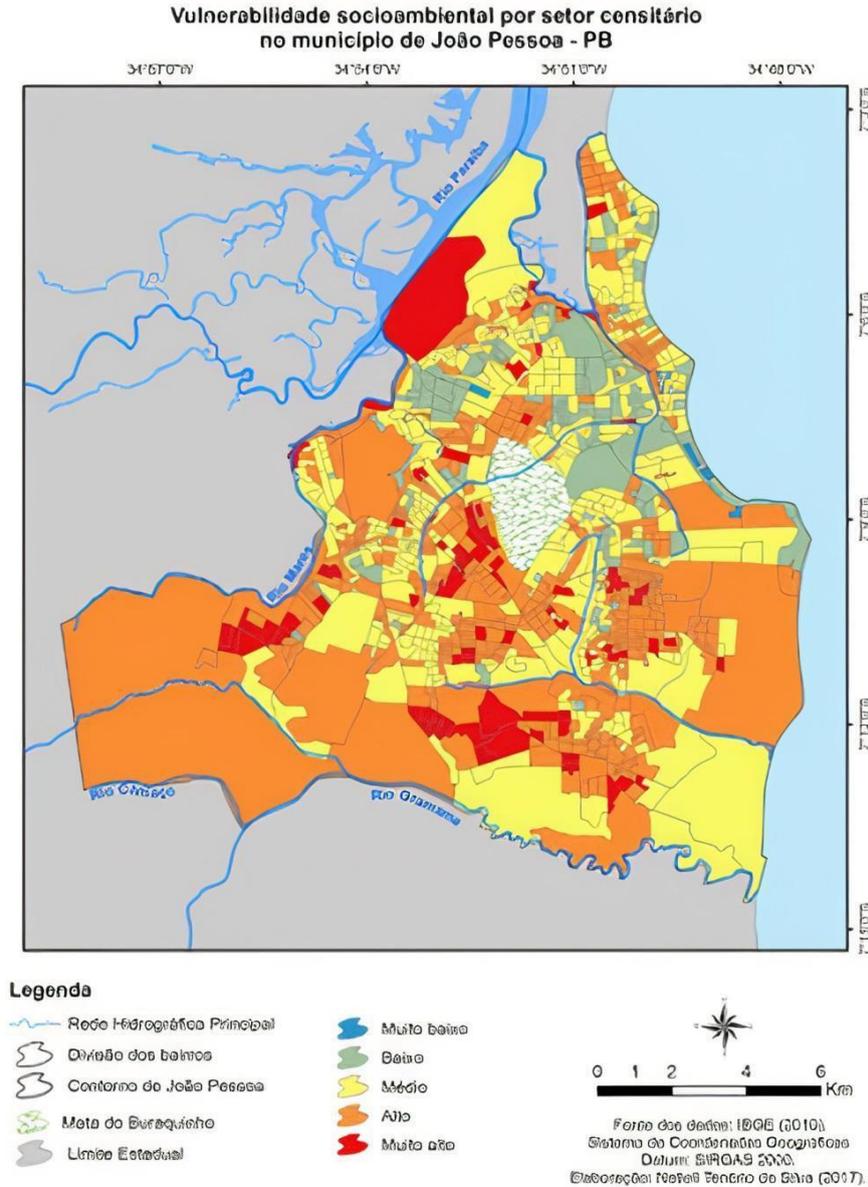
Segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010) a população residente em João Pessoa era de 723.515 habitantes, e a população estimada para 2020 foi de 817.511 habitantes. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em João Pessoa em 2010 foi de 0,763, sendo considerado um valor alto. O IDHM é uma média calculada considerando três dimensões no município: a Educação, Longevidade e a Renda, embora uma parte da cidade tenha acesso a estas três dimensões, e outro grupo significativo não.

Silva.et al. (2021) em um artigo sobre vulnerabilidade ambiental do município de João Pessoa, analisou diferentes graus de vulnerabilidade sendo estes de risco ambiental e social, e constatou que o risco social se enquadra em uma categoria

muito alta. Ou seja, segundo os autores, o grupo morador de áreas de maior risco social (os setores censitários que possuem os maiores adensamentos populacionais, correspondendo aqueles que possuem rendimento médio mensal baixo), apresenta maior suscetibilidade a serem impactadas pela ocorrência de eventos de chuva, logo, há uma maior dificuldade em voltar à condição preexistente à ocorrência, caso os efeitos sejam de grande magnitude.

João Pessoa é uma cidade de clima tropical. Com pluviosidade anual acima de 1000 mm, chove consideravelmente, e como está próxima do oceano, e assentada em bacia intra-urbana, há muitas comunidades ribeirinhas próximas aos cursos d'água. Como nesta porção do território há maior escoamento, e a planície de inundação coincide com as áreas onde estão as favelas e comunidades, a maioria dos lugares são áreas naturalmente inundáveis, independente do período de cheia ou ano chuvoso, pois o processo histórico de ocupação fez com que os contingentes mais pobres ocupassem estas localidades, mesmo estas sendo insalubres durante todas as estações do ano. Segue mapa que apresenta as vulnerabilidades sociais e ambientais conjuntamente:

Figura 5 - Mapa de vulnerabilidade socioambiental por setor censitário no município de João Pessoa-PB:



Fonte: Compilação do trabalho de Silva.et al. (2021).

Assim sendo, temos uma cidade fragmentada, de um lado; a pobreza, a insegurança e a precarização. Do outro lado; riqueza, segurança e infraestrutura de tecnologia avançada. O mercado e a valorização dos terrenos urbanos vão afastando cada vez mais pobres e ricos, conforme a cidade vai crescendo e também recebendo novos moradores e turistas, ademais com a pandemia de coronavírus em 2020-2021, o isolamento social provocou o aumento da instabilidade econômica, social e emocional da camada trabalhadora nas metrópoles e assim distanciando

ainda mais estas duas classes sociais. Quando a classe dominante pensa em cidade, o olhar geralmente é voltado ao investimento na estrutura urbana, mobilidade, intervenções e projetos de engenharia em determinada localidade, sempre buscando “revitalizar”, “requalificar”, construir o “novo”, materialidade monumental e lucrativa, e não se pensa dentro desta lógica em programas de desenvolvimento integrado de todos os bairros que constituem uma cidade. Não há projetos que trabalhem a unidade, consonância de todas as áreas que compõem o território, e em um plano mais abstrato, sequer questionam sobre o bem-estar de todos os habitantes citadinos. Falam em cidades inteligentes e funcionais para uma parcela social, porém tampouco em cidades saudáveis e salubres para todos os cidadãos. Não existe dentro deste sistema político e econômico a necessidade de responder à interpelação do outro independentemente de quem ele seja sem a lógica de mercado permeando as ações. Não há uma compreensão de que a vida urbana acontece no coletivo, um organismo que é constituído de interações que impactam diretamente e indiretamente a todos. A deseducação e a miséria incomodam, por tal, necessitamos de uma visão mais extensa dos fenômenos, de totalidade, que desfaçam as divergências e surjam diretrizes comuns ao real desenvolvimento social, equitativo e principalmente humano nas cidades. Mas para equacionar, as relações sociais precisam mudar e partir de outra racionalidade.

2-- CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

Há um movimento de transformar as cidades em “cidades inteligentes”, inclusive existem inúmeros trabalhos acadêmicos e livros sobre este conceito de “*smarts cities*”, que surgiu da intersecção entre várias áreas do conhecimento. Esta concepção, parte do pressuposto que a urbanização das cidades é desordenada, com saturação demográfica de seu espaço geográfico, o que teria acarretado inúmeros problemas urbanísticos aos indivíduos e à sociedade, como a instalação de habitações precárias, a implantação de transporte público inadequado e insuficiente e a ocorrência de desastres ambientais das mais variadas ordens. No entanto, na maioria destes estudos não há menções de como o planejamento urbano atua ou sobre a mercantilização como cerne da questão - que já existe por si

só - algo estratégico e “inteligente” já vivenciado diariamente desde o nascimento das cidades. Exaltam a capacidade dos gestores em utilizarem tecnologias próprias para a geração, captação, processamento e análise de dados, visando, entre outros fins, o desenvolvimento de áreas sociais, educacionais, econômicas e ecológicas em relação ao ambiente urbano. Como algo padrão e simples, exposto em uma prateleira, acessível para quem quer comprar, sem ao menos considerar a história, os conflitos e contradições sociais de cada territorialidade.

No trabalho de Moraes (2018), que levanta a temática de cidades “inteligentes”, traz a seguinte informação:

A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) já está sendo aplicada em 77 cidades na América Latina e Caribe, coletando 164 indicadores, divididos em 30 temas e 3 dimensões: Ambiental e Mudança Climática; Desenvolvimento Urbano Integrado; e Fiscal e Governança. E uma vez que esta possui fases, atividades, métodos e entregáveis muito bem definidos, isto se torna um grande facilitador para que outras cidades que já estão trabalhando de maneira mais avançada (já que é uma metodologia mais complexa) na direção de se tornar mais “inteligentes” possam começar a utilizá-la. Importante destacar desta iniciativa que o BID resolveu focar sua aplicação apenas nas cidades consideradas “emergentes”, ou seja, com áreas urbanas médias, crescimento populacional sustentado, desenvolvimento econômico contínuo e estabilidade social e governamental. (MORAES, 2018, p.8).

A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) é um projeto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que surgiu em 2012. O propósito é oferecer aos governos de cidades emergentes uma avaliação para identificar, organizar e priorizar projetos socioeconômicos e de infraestrutura, que segundo a divulgação no site oficial é para impulsionar o desenvolvimento, com visão a curto, médio e longo prazo. Dentro dessa questão tão atual, que não é nada “inteligente” ou “tecnológica”, porém estratégica, vão modificar significativamente a estrutura de um município, e boa parte das moradias dentro deste. São estratégias voltadas para cidades pequenas e médias, com “estabilidade social e governamental”, ou seja, são lugares onde as instituições locais estão de acordo com tal articulação e a iniciativa é executada por meio de operações individuais financiadas pelo BID. O programa financia ações de investimentos municipais em infraestrutura básica e social, incluindo: desenvolvimento urbano integrado, transporte, sistema viário, saneamento, desenvolvimento social, gestão ambiental, fortalecimento institucional, entre outras. Para serem elegíveis, os projetos devem fazer parte de um plano de desenvolvimento municipal que leva em conta as prioridades gerais e concentra-se

em setores com maior impacto econômico e social, com enfoque principal em populações de baixa renda. Uma equipe com especialistas, consultores e assistentes atua na representação do banco para manter um estreito relacionamento com os municípios. Além dos elementos presentes condicionantes nessa mudança, há as lacunas abissais de desigualdade social que também condicionam para que a transformação aconteça, e aqui quero colocar uma reflexão importante sobre a inclusão escolar na cidade de João Pessoa, que motivou a escolha, e quando começarem as remoções, a população que será mais impactada (moradores das comunidades do Complexo Beira Rio) está dentro do espectro de baixa renda, em grande parte não tiveram inclusão escolar. Em um jornal virtual local (Portal Correio) foi publicada em julho de 2020 a seguinte informação na reportagem:

A taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade em 2019, na Paraíba (16,1%), foi a 2ª maior do Brasil, de acordo com dados do módulo Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento do último ano apresenta diversas informações, como frequência aos diferentes níveis de ensino, anos de estudo e escolaridade, com o objetivo de retratar a realidade do sistema educacional brasileiro. (...) Na Região Metropolitana de João Pessoa, a taxa de analfabetismo, em 2019, foi de 8,9%, entre as pessoas de 15 anos ou mais, conforme a pesquisa. O indicador ficou abaixo da média da região e do estado, mas 2,3 pontos percentuais acima do indicador brasileiro. Essa proporção aponta para uma estimativa de 92 mil analfabetos na área. No grupo de 60 anos ou mais, a taxa sobe para 21,4%.

Entre as mulheres de 15 anos de idade ou mais, o indicador era de 8,4%, um ponto percentual abaixo do verificado para os homens, de 9,4%. Na faixa-etária de idosos, essas taxas são de 22,6% para o grupo feminino e de 20,5% para o masculino.

A realidade do sistema educacional paraibano reflete em suma, a base socioeconômica da Paraíba, e como nossa estrutura educacional não foi transformada nas estratificações mais baixas. Ou seja, as discussões sobre as mudanças que irão ocorrer em João Pessoa, que falam de avanço, inovação, tecnologia e desenvolvimento não chegou para boa parte da população que será atingida pelas remoções de casas. Há inúmeras discussões sobre tal projeto, mas não estão alinhadas no mesmo propósito com os atingidos. Os periféricos desconhecem as discussões da agenda neoliberal urbana e além do mais, não foram convidados a participarem da construção inicial deste projeto, e não estão em contato com reflexões a posteriori. As comunidades pobres vivem ao mesmo tempo o isolamento em favelas, muitas vezes com condições miseráveis de vida, de

insegurança alimentar e nutricional, do desemprego em massa, e sujeitos à violência policial e ao encarceramento, logo, com pouco apoio ou nenhum poder político para alterar sua realidade, e ainda assim, estão em meio a uma transformação que vai mudar significativamente suas territorialidades, pois serão atingidos e nem ao menos compreendem na sua totalidade.

O site de notícias oficial da UFPB, em setembro de 2018, publicou sobre a Rede “INTELICIDADES”, que é uma ação articulada entre a Câmara Municipal de João Pessoa, através de sua Escola do Legislativo, e pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba. Na reportagem, relatam que em 2016, professores pesquisadores, estudantes, representantes dos poderes públicos, profissionais e outros interessados em propor soluções para os problemas da cidade se reuniram para construir uma rede de colaboração para discutir políticas públicas e desenvolver soluções tecnológicas multidisciplinares, baseadas no conceito de *Smart Cities*. Em 2017, a rede realizou seus primeiros eventos públicos, um na Câmara Municipal de João Pessoa e outro na UFPB. Em 2018, a Rede “INTELICIDADES” expandiu sua *network* (traduzindo: rede de contatos) e integrou novos membros colaboradores. Para tanto, organizou o evento “iCity João Pessoa: desafios e soluções para uma cidade inteligente”. Um ciclo de debates, que aconteceu em três Instituições de ensino superior da capital. Agora, em 2021, o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, e o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Igor Calvet, assinaram termo de cooperação, dia 10 de maio, para viabilizar suporte da instituição em ações da gestão municipal em áreas como mobilidade urbana e segurança. Conforme site oficial da prefeitura, a parceria é o primeiro passo para tornar a capital paraibana em uma cidade inteligente - conceito este empregado para aqueles municípios que desenvolvem projetos e soluções tecnológicas no ambiente urbano. Trata-se de um projeto em que só participam e conversam os letrados e as informações debatidas não chegam até os iletrados que estão em um número considerável dentro da cidade, e que fazem parte da pauta colocada como “desafiadora”.

Ou seja, há um movimento favorável e ideológico dentro das estratificações sociais médias para que esta ideia se concretize. Pois a palavra “tecnologia” que em suma é a aplicação de técnicas e conhecimento científico a serviço da inovação, soa em um primeiro momento como algo louvável, onde, no campo abstrato (e ideológico

- difusão das ideias hegemônicas das classes dominantes), haveria o aumento da “qualidade de vida” para todos (ou não). Seria a instalação de um futuro ideal, ou aumento da maturidade digital do setor produtivo, por meio do estímulo à transformação computacional, adoção e difusão de novas tecnologias e de novos modelos de negócios. Porém nossa realidade é outra. Não produzimos inovações para o mercado mundial e temos questões estruturais e históricas que antecedem a “modernidade”. Além do mais, este processo em sua gênese, tem uma intencionalidade que atende ao interesse reprodutivo e mercantil internacional e ao poder político local, atingindo em maior grau as estratificações sociais baixas, sem a percepção integral delas sobre isso.

O Brasil tem uma inserção primária no comércio exterior com relações de dependência devido a tal inserção, além da exacerbada valorização da renda fundiária e neste processo há as pressões por exploração de recursos naturais e do trabalho humano em fatos históricos que se integram num todo articulado. Ou seja, nosso papel subordinado na divisão internacional do trabalho e a superexploração da força de trabalho se combinam como determinantes estruturais da forma capitalista dependente, na qual o desenvolvimento científico e tecnológico, não tem muita importância para o Estado nacional, principalmente se este Estado é governado por políticas neoliberais, que compram ciência e tecnologia fora do território.

Delgado (2010) escreveu sobre “Especialização primária como limite ao desenvolvimento”, trazendo em seu trabalho dados e comprovações da nossa configuração, e uma competitividade baseada em estoques finitos de recursos naturais:

Este quadro econômico de produção e repartição do excedente econômico não se compraz com democracia política e social. Não está claro que o governo atual tenha clareza de sua não sustentabilidade em médio prazo. O sistema tributário e a política social provavelmente teriam que extrair e distribuir uma parcela muito grande da renda da terra e do capital para suprir necessidades básicas; e ainda que o fizesse não resolveria o problema de fundo. (DELGADO, 2010, p.123).

Ou seja, um país caracterizado pela dependência externa, exportador primário, e o com desequilíbrio estrutural dessas transações, de tal forma que limita nosso desenvolvimento. Além do mais, tem a questão da nossa configuração que

envolve o trabalho, vistas por Ruy Mauro Marini, em seu livro sobre subdesenvolvimento e revolução:

“A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidade de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.” (MARINI, 2013, p.52.).

Logo, no que diz respeito à transformação digital da cidade, se faz necessário à implantação de câmeras e monitoramento, modernização da sinalização dos semáforos, iluminação pública programada e gerenciamento de energias renováveis. Inclusive, segundo publicidade divulgada no site oficial municipal, há a proposta do emprego de carros elétricos para a gestão de frotas da prefeitura, mas para tal demanda exige-se uma parceria, que tem um custo elevado, uma vez que precisa comprar esta tecnologia fora do território. E não apenas isto, para buscar eficiência, capacidade e redução de custos, busca-se a parceria público-privada, um contrato pelo qual o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar os serviços, as operações e manutenções junto à administração pública. Nesta parceria, há uma perda do controle dos serviços pela sociedade, pois o poder público não participa ativamente dos planejamentos e execuções de determinada obra ou serviço. Além de favorecer casos de corrupção, pois nos processos de licitação podem ocorrer superfaturamentos.

No caso de João Pessoa, tudo indica que para esta cidade se transformar em “inteligente e sustentável”, será necessário novo aparato de leis ou normatizações, sendo que, nesse sentido, há a mudança no zoneamento urbano e a revisão o Plano Diretor da cidade, que estão sendo construídos em consonância com a normatização imposta pelo banco, validando o programa. Ao analisar os documentos disponibilizados no site da prefeitura, compreende-se que as palavras “inteligente” e “sustentável” são articuladas e de mesma ordem, partem do mesmo princípio (ou mesmo empréstimo). Esta ação já é vista em outros lugares pelo olhar crítico de muitos estudiosos, que analisam as entrelinhas dos discursos "verdes", "humanitários" e "inteligentes", cada vez mais comuns nos programas de planejamento urbano. Name e Bueno (2013) indagam sobre muitas cidades brasileiras serem alvo da especulação e da vacância fundiárias, onde desperdiçam solo urbano e alteram quantitativamente e qualitativamente os riscos ambientais, e não levam em conta os problemas socioambientais como secularmente estruturais

do modo de produção. Com reais intenções empresariais e especulativas das intervenções, se escamoteiam conflitos e se perpetua privilégios, forçando um “deslocamento involuntário” de parte da população que não está sob-risco ambiental, para outras áreas da cidade, assim realimentando os processos de exclusão social e injustiça ambiental, abrindo espaço para a especulação imobiliária e projetos “inovadores”.

Dieb e Martins publicaram um artigo em 2017, em um evento de planejamento urbano (ENANPUR), onde abordaram a evolução urbana da cidade de João Pessoa-PB, com foco nas relações estabelecidas com a bacia intra-urbana do rio Jaguaribe (Complexo Beira Rio, onde as comunidades citadas no plano de ação estão localizadas) elucidando e identificando possíveis papéis do rio e seus espaços marginais, e defendendo a ideia de investir-se na desocupação das margens e na recomposição da sua cobertura vegetal; na recuperação da qualidade da água e do habitat fluvial e terrestre a ele associado; no tratamento prévio da drenagem superficial antes que a mesma atinja a calha do rio; na devida coleta de lixo; na implantação do saneamento básico em toda a bacia e na promoção de campanhas eficientes de educação ambiental. Assim como as autoras acima, acredito no resgate da integridade do rio Jaguaribe, e sua mata ciliar, mas avançamos colocando a seguinte questão: De que modo efetivo garantimos condições minimamente dignas de moradia para um significativo contingente populacional? Pois, os seres humanos também fazem parte desse cenário, e por estarem territorializados precisam encontrar-se incluídos nesta discussão. É um desafio que podemos coletivamente superar, mas antes precisamos compreender a quem interessa mais a salvaguarda do rio e suas margens e a apropriação de suas potencialidades. Transformar as margens do rio em extenso parque público, como proposta do artigo das arquitetas mencionadas em questão, e prover a cidade de áreas de lazer e rotas alternativas para os deslocamentos de um grupo, removendo casas e moradores e “jogando-os” em periferias, apartamentos populares em áreas de conflitos ou em uma eterna espera ao receber um recurso assistencial destinado a atender em “tese” uma urgência, que é o chamado “aluguel social”, é a solução “sustentável” mais viável?

Experiências anteriores nos mostram que não. No mesmo evento de planejamento urbano (ENANPUR) em 2013, Sandeville Jr. e Angileli, apresentaram os impactos sociais e ambientais decorrentes da implantação de Parques Lineares na Zona Noroeste da cidade de São Paulo. Concluíram que podemos recuperar funções ambientais urbanas que incluem sempre que possível à população moradora e seus usos, com menor impacto social, e preservar e apoiar a memória e as instituições locais. É necessário pensar uma cidade integrada em suas práticas e sua história viva, e não uma cidade que remova, em função de uma “sustentabilidade”, apoiada em discursos mercantis, que não chega nem perto de resolver qualquer problemática de ordem consumista, sustentável ou de mitigação de impactos. Talvez pensar e agir na (re)significação dos espaços a partir das diferentes formas de relacionamento entre os moradores e o rio, em um trabalho de conscientização, valorização da paisagem, melhoria das habitações, infraestrutura, e saneamento básico sejam mais eficientes para a preservação ambiental e permanência de boa parte das comunidades e das casas que realmente não estão sob-risco, embora a expansão global do capital, que está atuando fortemente em João Pessoa em um contexto neoliberal mundial não permita este encaminhamento.

A reprodução capitalista, ofertada na embalagem “sustentável e inteligente”, se reduz apenas a clima, uso de recursos, tecnologia, e respeito às instituições representativas. Ela fundamentalmente foge à discussão do acesso e distribuição de renda e riqueza para as sociedades rurais e urbanas. Na contramão com as preocupações ambientais, a classe dona dos meios de produção, é quem consomem o espaço em plenitude, causando mais impactos (através do produtivismo e acumulação de capital), contribuindo fortemente com a degradação do clima, por muitas vezes conseguem liberações ambientais para construção em locais que deveriam ser protegidos. O consumo, nesse caso, é visto como uma forma de progresso, levando pessoas a produzirem e consumirem determinados produtos de inovação tecnológica ou comprar exageradamente, agredindo o meio ambiente através dos rejeitos gerados. Será que a proposta de *smarts cities* vai reavaliar os impactos dos monopólios empresariais no meio ambiente, e podem de fato mitigar estes impactos dentro desta estrutura de conjunto de relações baseadas na troca comercial que visa à acumulação capitalista? A proposta é de consumo consciente, ou consumo tecnológico? Excessos de renda e a busca incessante por

acumulações de capitais dificultam a contribuição para algo próximo da ideia real de sustentabilidade. Para tal, é preciso rever a má distribuição de renda, o desequilíbrio na exploração de recursos. Não há interesse por transformações de ordem ecológica. Pois para transformar é preciso romper. Romper com a produção mercadológica do espaço, o modo de produção capitalista e principalmente com a submissão e subserviência ao imperialismo. Segue ilustração, que idealiza uma cidade inteligente:

Figura 6 - Ilustração da cidade controlada via sistemas informacionais, binárias e digitais, todavia se faz necessário aparelhos, programas, aplicativos e todo um sistema operacional que tem custos elevados:



Fonte: Imagem pública. Disponível em: <https://pixabay.com/pt/illustrations/digitaliza> Acesso em: Mar.

2021.

“Alqueires, latifúndios brasileiros

*Numa chuva de fumaça só vinagre mata a
sede
Novas embalagens pra antigos interesses
É que o anzol da direita fez a esquerda virar
peixe”*

**Compositor: Criolo; Esquiva da Esgrima,
2014.**

3- CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO

Na citação a seguir contida no plano de ação, percebe-se o motivo do BID escolher João Pessoa para compor a ICES :

Apoiar as cidades de porte médio da América Latina e Caribe a estabelecer um caminho claro em direção à sustentabilidade, o BID desenvolveu uma metodologia de diagnóstico rápido que oferece elementos objetivos e analíticos acerca da situação de uma variedade de setores examinados (p.31).

Tal escolha, de acordo com as variáveis, socioeconômicas; urbana; ambiental; e fiscal e governança, fez João Pessoa responder às exigências do BID para o acesso ao crédito.

Um dos temas mais relevantes e prioritários da ICES, é a questão ambiental com foco na mudança climática, traz inúmeras questões levantadas sobre desenvolvimento e sustentabilidade. Na introdução do livro “Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação” (2010), onde os autores deste livro apresentam algumas discussões que se baseiam em adequações de um pleito socioambiental ao modelo clássico de desenvolvimento, um paradigma de adequação. Essas iniciativas poderiam indicar a existência de uma conciliação entre economia e ecologia, embora não seja assim que funciona na prática. Relações entre sujeitos nem sempre são harmoniosas e as populações atingidas por remoções devido a projetos, de forma alguma, são vítimas passivas do processo, pois vêm se organizando em variados movimentos, associações e redes, tanto em território rural como urbano. As disputas decorrentes deste cenário se instauram nos planos político e simbólico, através da luta pelo direito e pelo poder de permanecer e fazer valer as representações que orientam o uso e a ocupação do espaço. Pois o Estado proporciona em alguns momentos brechas;

A presença do Estado, nos diferentes casos, mostra-se carregada de dubiedade: de um lado, surge como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram conflitos ambientais; de outro, surge como mediador que, por vezes, se posta ao lado das populações atingidas. (ZHOURI, 2010, p.5)

Os autores trazem a dinâmica dialética entre os conflitos ambientais territoriais, espaciais e distributivos, que, na prática, podem ocorrer em simultaneidade. Os conflitos ambientais distributivos são aqueles relacionados à distribuição desigual dos recursos naturais. Esses conflitos ambientais territoriais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial. Paralelo a isto, há o progresso tecnológico e a criação de redes para trocas de produtos, com inúmeros intermediários, que por vezes resulta num distanciamento físico e conseqüente alienação dos indivíduos em relação à base territorial necessária para a reprodução de seus modos de vida. Os conflitos ambientais territoriais surgem, então, quando este sistema de apropriação do espaço, com suas conseqüências sociais e ambientais, se choca com os territórios gerados por grupos cujas formas de uso dependem em alto grau dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado. Por exemplo, uma população ribeirinha, pescadores, agricultores, extrativistas entre outros. O Brasil, dentro da sua história e da divisão internacional do trabalho (DIT) é impactado negativamente pelos grandes projetos implantados pelas inovações e tecnologias, como as empresas multinacionais de mineração, as hidrelétricas, os equipamentos de pesca para captura e armazenamento em grande escala dos estoques pesqueiros, o agronegócio e as degradações ambientais de empresas de todo tipo.

Para além desta problemática, os tempos são neoliberais, ou seja, o neoliberalismo, essa expressão ideológica da burguesia, não permite neste contexto a social democracia na periferia do capitalismo. O norte ou os países centrais puderam distribuir melhores condições e direitos garantidos para os seus trabalhadores (cenário já alterado na atualidade) porque ocuparam e ainda ocupam uma posição privilegiada na divisão internacional do trabalho, e só fazem isso ao custo da superexploração da mão de obra no terceiro mundo, ou periferia do sistema. A partir disso, ao falar de direito, especificamente do direito à cidade, aqui no Brasil, é importante compreender que os movimentos populares ou reivindicadores de reforma urbana, conseguem alguns avanços, porém nada muito grandioso, em prol de um coletivismo maior, por todos os entraves postos pela classe dominante que não aceita dividir riquezas.

Estamos num momento em que a superexploração do trabalho, a financeirização da vida, e ofensivas do capital financeiro, só cresce e ganham forças, e se não pensarmos de forma "social" vamos perder ainda mais direitos importantes que foram a muito custo antes conquistados. Não dá pra conciliar, contemporizar, pois os discursos e as forças repressivas (dominantes) são incessantemente bem traçadas em planejamentos estratégicos. É o capital dos países centrais e do norte do mundo, se expandindo de diversas formas, reafirmando-se sempre nesta lógica.

Nessa lógica há também o processo de financerização do capital nos lugares que competem entre si (no livro de Raquel Ronik, intitulado: Guerra dos Lugares² apresenta a moradia nas eras das finanças) e neste contexto as favelas ou comunidades passam a ser um setor estratégico para a especulação imobiliária. É a transformação dos espaços urbanos mais precarizados, porém em volta de áreas valorizadas e transformadas em ativos financeiros. Mas para tal, há todo um discurso de "revitalização", "recuperação", e "remoções de áreas de risco". Andrade (2016) coloca a seguinte reflexão, em relação ao financiamento das moradias:

Assim, percebe-se que essa financeirização que defende menos Estado, mais contratos e transforma o espaço urbano em ativo financeiro, tem como efeito a captura do público pelo privado, fazendo com que as políticas de financeirização sirvam mais para crescer o mercado do financiamento do que aumentar o número de novas moradias adequadas (...). Assim, a questão habitacional tornou-se uma questão individual e não social, de quem pode ou não tomar crédito ou pode ou não dar garantias, já o Estado, deixa de desenvolver o social, limitando-se a corrigir as falhas do mercado, defendendo a racionalidade econômica. (ANDRADE, 2016, p.1508).

Para além do mercado de créditos, há como fator principal e início de um processo que são as remoções, com a desapropriação dos imóveis situados nas comunidades/favelas e sua transferência para o setor imobiliário, ou seja, força-se uma valorização daquele solo que será desocupado, e as futuras unidades

² Fruto das reflexões que a urbanista Raquel Rolnik e publicado pela editora BOITEMPO (2015), foi elaborado durante e imediatamente após o término de seu mandato como relatora para o Direito à Moradia Adequada da ONU, Guerra dos lugares aborda o processo global de financeirização das cidades e seu impacto sobre os direitos à terra e à moradia dos mais pobres e vulneráveis. Nas duas primeiras partes, Rolnik descreve e analisa as transformações recentes nas políticas habitacionais e fundiárias em vários países do mundo, no marco da expansão de uma economia neoliberal globalizada, controlada pelo sistema financeiro, que provocaram um processo global de insegurança da posse. Na terceira parte, a urbanista explora a mesma questão, com foco no Brasil. A originalidade da obra reside no enfoque global do fenômeno, investigado a partir da vivência direta de uma autora brasileira olhando as condições de moradia no mundo. A leitura da evolução recente das políticas habitacionais e urbanas no Brasil - inclusive na era Lula - à luz desses processos globais ajuda a pensar as especificidades e as diferenças da crise urbana no país. Também é original o entrelaçamento entre as políticas habitacionais e a política urbana, articuladas pela autora através da construção da hegemonia da propriedade individual e da transmutação dos imóveis em ativos.

habitacionais para onde vai à população removida. No site da prefeitura de João Pessoa, publicado em fevereiro de 2021, tem a seguinte informação:

“A Prefeitura de João Pessoa começou o processo de desapropriação de imóveis na Avenida Beira Rio para dar início à construção do Complexo Beira Rio, que inclui, além de um Plano de Desenvolvimento Comunitário, um Parque Linear com toda infraestrutura (iluminação, saneamento, pavimentação) e urbanização. O Complexo integra o Projeto João Pessoa Sustentável e envolve a recuperação ambiental do Rio Jaguaribe e a dignidade de vida dos moradores das oito comunidades às margens da Avenida, que é uma das principais artérias da cidade.

A obra inclui o desassoreamento dos 15 quilômetros do Rio Jaguaribe e o reassentamento de 936 famílias para áreas próximas e em segurança. Para isso, vão ser construídas 565 unidades habitacionais em três dos terrenos desapropriados. A Prefeitura, por meio das Secretarias e da Unidade Executora do Projeto João Pessoa Sustentável (UEP), vai fazer ainda a compra assistida de 235 imóveis em qualquer lugar da cidade escolhido pelas famílias. Outros 110 moradores que vivem em áreas não alagadas vão ser transferidos provisoriamente para um assentamento rotativo e receber aluguel social até que suas casas sejam reconstruídas e eles se tornem proprietários dos imóveis.

Durante o reassentamento, vão ser instalados quatro escritórios locais (ELOS) nas comunidades. Os ELOS serão pontos fixos para que a população possa tirar dúvidas. É uma forma de aproximar todas as partes envolvidas e promover uma comunicação efetiva entre Prefeitura, população e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia metade do Projeto João Pessoa Sustentável, orçado em 200 milhões de dólares. A outra metade é de recursos próprios da Prefeitura.”

O intitulado “Complexo Beira Rio” é composto de oito comunidades em regiões centrais da cidade. As comunidades se formaram ao longo do Rio Jaguaribe, próximo ao Jardim Botânico Benjamim Maranhão, popularmente conhecido como Mata do Buraquinho, uma das maiores reservas urbanas de mata atlântica do Brasil e uma importante área verde preservada da cidade. Algumas comunidades estão ali há mais de quatro, cinco ou mais décadas, como é o caso da Brasília de Palha, Santa Clara e São Rafael. Há algumas famílias que vivem em condições insalubres e com risco de inundações em suas residências, embora não sejam todas as casas, de todas as comunidades que estão nessas condições. Porém todas estão bem localizadas, circundadas por regiões de valorização imobiliária, como vistos nos mapas abaixo;

Figuras 7 e 8 - Mapa das áreas de futuras remoções de casas no município de João Pessoa-PB:



Fonte: Google Earth- Distância das comunidades (Complexo Beira Rio) para a Praia do Cabo Branco, sendo a mais distante aproximadamente 4 km. Adaptação: Maria Tatiana, 2021.



Fonte: Google Earth- Distância das comunidades (Complexo Beira Rio) para a Lagoa no centro da cidade, sendo a mais distante aproximadamente 6 km. Adaptação: Maria Tatiana, 2021.

No mês de junho deste ano de 2021, a prefeitura avançou na execução do programa com a assinatura dos contratos com as empresas para a elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC), dos Escritórios Locais de Gestão Compartilhada (ELOS) e dos Projetos de construção dos habitacionais do Complexo Beira Rio. A iniciativa da gestão municipal é negociar a realocação e regularização de cerca de duas mil famílias que moram nas oito comunidades nas proximidades do Rio Jaguaribe (reforçando a informação: região central da cidade). O PDC será focado no reassentamento e na realocação de famílias. É esse Plano que prevê a instalação dos ELOS nas comunidades. Serão quatro escritórios com equipe multidisciplinar, apoio e acompanhamento das atividades sociais de comunicação e gestão participativa com estratégias de desenvolvimento local que envolve ações de “empreendedorismo”, capacitação, qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho - segundo promessas veiculadas no site da prefeitura.

Aqui cabe salientar que houve uma das primeiras mudanças no plano, já que no documento original estava previsto a implementação de apenas dois Elos. Esta alteração é reflexo da audiência pública, da câmara municipal, no dia 21/08/2019, mobilizada pelos movimentos sociais, associação de moradores, e grupos organizados que questionaram a insuficiência de escritórios diante das localizações geográficas e distância entre as comunidades, o que possivelmente geraria maiores conflitos. Após estas reivindicações e desdobramentos desta audiência, houve a ampliação dos escritórios, para o atual número.

Um outro ponto importante para a escolha de João Pessoa para ICES é pela capacidade financeira, além do potencial para obras de infraestrutura, garantindo ao banco, uma certeza de quitação da dívida. Podemos compreender esta ação no livro “Capitalismo Parasitário”, Bauman (2010) inicia o livro falando sobre o “tsunami financeiro” que bancos capitalistas criam, multiplicando o número de pessoas sem casa, utilizando como exemplo o resultado das hipotecas subprimes, e conclui que assim como correspondente a um animal parasita, prosperam, porém não podem fazer isso sem prejudicar o hospedeiro. A máxima do “desfrute agora, pague depois” se transformou em uma fonte permanente de lucro. E por mais contraditório que pareça, a inadimplência é muito interessante para as instituições financeiras, que têm fontes de lucros constantes, pois diante das mutações do capitalismo, tem a

parceria do Estado, que com suas políticas garantem a realização de suas estratégias econômicas. Portanto, sintetizando de maneira simplista a atuação especulativa de créditos e seus mecanismos (assunto complexo com várias camadas), acaba por tornar o “apoio” financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao município de João Pessoa em verdadeiro algoz para todos cidadãos, pois, ao contrair empréstimos em moeda internacional, além do endividamento em dólares, o município em nenhum momento apontou para seus contribuintes de que forma os empréstimos serão pagos, a população não foi informada com transparência sobre o endividamento do município que reside. Boa parte da população desconhece a natureza das dívidas da cidade, os montantes recebidos e pagos, a destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos. Esta ação produz, portanto, impactos sobre o orçamento de toda a população pessoense, porquanto estes cidadãos pagam as dívidas.

O trabalho de Andrade (2017) trata do BID como ator internacional no fomento de políticas públicas para os municípios, analisando o programa de iniciativa a cidades emergentes e sustentáveis (ICES). Visam-se, neste programa, ações urbanísticas, ambientais, sociais e principalmente fiscais e de governança. João Pessoa conheceu o programa em 2014, o diagnóstico e um plano de ação com prática e intervenções sugeridas para se tornar “sustentável”, embora nos seus documentos não haja a legitimidade dos interesses reais e concretos da instituição financeira internacional. O autor fala sobre o poder das organizações internacionais em regular o comportamento dos Estados, e como “promotores do progresso” se legitimam como autoridades no assunto, como uma autoridade legal-racional no seu campo de ação.

Como identidade e concepção, Andrade, traz a seguinte informação histórica sobre o banco internacional:

O BID foi criado em 1959, no contexto da guerra fria, como resposta dos Estados Unidos a operação Panamericana (OPA), esforço dos países latino-americanos para conquistar mais autonomia internacional em relação aos Estados Unidos; combater o subdesenvolvimento da América Latina; e priorizar o multilateralismo regional, em detrimento das relações bilaterais de cada país com os EUA (ANDRADE, 2016, p.13).

Ou seja, o objetivo deste organismo é de estratégia institucional que vem desde o nascimento da instituição, e que ao longo dos anos alterou a forma de planejamento e acompanhou as necessidades emergentes, porém o objetivo principal (controle) ainda é o mesmo. Hoje questões de sustentabilidade e de gênero dão o tom aos programas apresentados aos municípios.

Usando também estudos sobre mudanças climáticas, volta-se a proposta de promoção de melhorias no bem-estar populacional, utilizando uma agenda (cronograma de atividades) com datas e propósitos bem estabelecidos, formalizando a participação do município no processo, sendo o pedido para associar-se à responsabilidade da mesma. Envolve cinco fases de todo o processo. Segundo, o guia metodológico do BID, versão de 2013, que traz a descrição detalhada dos indicadores exigidos, diz que as cidades selecionadas para a ICES "têm um alto crescimento e, portanto, devem tomar medidas para resolver seus problemas de sustentabilidade imediatamente" (p.3). Desta forma, a adesão a ICES, para a cidade de João Pessoa, foi baseada em critérios técnicos e na busca de soluções "sustentáveis" para a capital paraibana, bem como o compromisso com a inovação e tecnologia, além da "contínua qualificação da gestão municipal". Ou seja, o planejamento, diagnósticos, e prioridades foram elaborados pelo BID, a gestão e população local estão totalmente submissas à organização internacional financeira.

Além do mais, no processo burocrático dos fluxos das operações de crédito externo, foi exigida uma contrapartida, impressa em novos residenciais. No documento hospedado no site da prefeitura intitulado "consulta e envolvimento das partes interessadas" (BRL 1421) descreve sobre a contrapartida à operação de crédito que foram oferecidas ao Banco, entre outras intervenções, os seguintes empreendimentos habitacionais: (I) Conjunto Habitacional Colinas de Gramame; (II) Conjunto Habitacional Saturnino de Brito; (III) Conjunto Habitacional Vista Alegre e; (IV) Conjunto Habitacional São José. Através da operação de crédito (OP710), os projetos envolvendo deslocamento involuntário de população e de atividades econômicas devem contar com um plano para tratamento do tema, de determinação e exigência do BID.

Assim, os processos decisórios internos passaram a ser diretamente influenciados e determinados pela organização internacional financeira. Somos subordinados e controlados, apoiados principalmente pelas oligarquias locais

coniventes por tal processo e projeto. Até mesmo o fato de não oferecer empréstimos em moeda local (real), implica invariavelmente na perda de autonomia financeira, o que dificulta pagar as dívidas feitas nessas moedas (dólares) pela variação cambial. A grande intelectual Rosa Luxemburgo publicou em 1913, um capítulo inteiro sobre a questão dos empréstimos internacionais (CAP. XXX - Os Empréstimos Internacionais, p.365), no seu livro “A Acumulação do Capital” (publicação e tradução de 1970) e mostrou como as grandes potências capitalistas da época utilizavam os créditos concedidos por seus banqueiros aos países da periferia para exercer o domínio econômico, militar e político. Portanto, ainda vivemos sob as mesmas condições, dentro de uma sociedade puramente capitalista de acumulação primitiva de capital ou, para alguns autores, de reprodução do capital (há discussões sobre a distinção entre acumulação primitiva do capital e reprodução do capital este por meio do mercado financeiro). De toda forma, o município de João Pessoa, sendo controlado via empréstimos.

*“Ação coletiva, objetivo comum
Discurso ou revólver, não interessa a opção
Sem união é impossível à revolução
Tá na hora de parar de mofar no presídio
De estar no necrotério com uma par de tiros
De ser o analfabeto comendo resto
Viciado que o Denarc manda pro inferno.”*

**Compositor: FACÇÃO CENTRAL,
Discurso ou revólver. 2001.**

3.1- PROGRAMA DE AÇÃO

Neste subcapítulo, entoa-se a violência, sua ação e as consequências. Há dois textos de Milton Santos, que gostaria de trazê-los em forma de resumo para a reflexão: O primeiro texto "A relação de dependência no terceiro mundo e como isso se realiza" é de 1971, publicação de 2013, retirado do livro "O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo", traz conceitos e características sobre o espaço e seu planejamento. Já o segundo texto de 2000 publicado em 2003 "A economia espacial, críticas e alternativas", encontrado no livro "Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal" fala sobre o planejamento da pobreza, e essa análise é mais histórica e reflexiva.

Na ótica de Santos (1971-2013) os países subdesenvolvidos só conheceram o planejamento proposto pelo sistema capitalista, originados de um processo colonialista. No mundo até 1930, a intervenção estatal na economia era considerada prejudicial. Com base nas teorias estabelecidas pelo liberalismo clássico, doutrina econômica que defendia a ideia de que o desenvolvimento econômico de uma nação estaria atrelado a um princípio de não intervenção do Estado na economia. O economista inglês John Maynard Keynes fez proposições que contrariavam o liberalismo. Ele propunha uma nova organização político-econômica que defendia o Estado como agente indispensável na economia. Assim, Keynes colocava em xeque as ideias do livre mercado, argumentando que a economia não é auto regulada. Essa ação faria com que o governo passasse a ter um papel mais ativo na economia, já que a geração de emprego estaria ligada à intervenção do Estado e ao aumento dos gastos do governo. Esta ação também tirou os EUA da crise de 1929 e diminuiu em um primeiro momento os riscos de uma nova recessão.

Segurança e estabilidade tornaram-se necessárias, embora que, foi através da transferência de poupança dos mais pobres para os mais ricos, em nome do "desenvolvimento". Foi à imposição de uma sociedade de consumo. E isso se deu através da dependência e dominação, ou a dominação através da dependência. Assim, segundo Santos (1971-2013), dados quantificam a pobreza e mostram as distâncias entre os países ricos e pobres, na intencionalidade de superação, logo, conduz uma doutrina de "ajuda" e cria um "modelo" a ser seguido pelos países emergentes, que oculta os verdadeiros interesses. Empréstimos, entre outras ações,

foram os meios de fornecer a “ajuda”. E assim, com um “gesto generoso” conquistaram os países pobres pelo capital, e os dominaram através dos endividamentos permanentes e cumulativos.

A ideologia vai trazer um convite aberto ao capital estrangeiro, e a dependência. A economia, servindo os interesses do capital, envolve o homem nas suas especulações e domina o espaço. Pois a economia se realiza no espaço e não pode ser entendido fora. Uma ideologia espacial, mudando de acordo com as necessidades do sistema, e o desenvolvimento regional é o resultado de um processo de investimento para as demandas por espacialidades regionais. E assim esse crescimento é moldado por forças externas.

Milton Santos (2000-2003) reflete que a teoria regional do desenvolvimento não existe. O planejamento regional racionaliza a estrutura interna de dominação e dependência, ajustando-a aos interesses do sistema. Desta forma, Santos reforça que a urbanização brasileira como fenômeno espacial e social ainda permanece insuficientemente explicado. A urbanização no Brasil é o resultado e uma condição do processo de difusão do capital. Com mão de obra barata e o fenômeno da concentração de atividades, garante-se assim o estabelecimento de um estoque de capital fixo e das condições de reprodução do capital baseadas em alta exploração do trabalho. Teorias tentam explicar tal movimento, o fenômeno do lugar que concentra bens e serviços centrais. A rede de ramais é uma preocupação na integração do espaço, dentro do planejamento capitalista. Ademais, há a questão da força de trabalho, que é a enorme população pobre vivendo nas cidades e condenada a um trabalho ocasional, que nem mesmo constitui o exército de reserva, ou subemprego, formando uma classe marginal, que nem sequer pode usar sua força de trabalho. Deste modo, penetram pela ideologia, em um estratagema, onde a metrópole sempre é quem domina e acumula. Traz a falsa impressão e esperança que o país pobre está emergindo da pobreza, assim mascaram-se as taxas de acumulação e desigualdade. É a subordinação tecnológica, funcional e financeira que prevalece. E há também as contradições escondidas, do excesso de liquidez de todo tipo, inflação, altas taxas de desemprego, entre outros. Milton Santos finaliza seu texto colocando a desproporção entre as forças, porém deixando a mensagem de que podemos ajudar nossa sociedade a ver esse complexo jogo de mecanismos de alienação e miséria, evidenciando as contradições.

Retornando ao texto do livro que trata sobre o trabalho do Geógrafo no terceiro mundo, publicado originalmente em 1971 durante seu exílio na França, intitulado de “A especificidade dos países desenvolvidos”, Santos traz conceitos e características formulados para compreender as articulações sobre o espaço, e ao falar sobre o conceito de espaço específico dos países subdesenvolvidos, e pensou nas características que os diferenciam dos países desenvolvidos e, por isso, seriam explicadas pelos processos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais de redefinição contínua do espaço geográfico das nações do Terceiro Mundo, ou seja, variáveis como investimento, produção, e consumo terão comportamentos distintos em conformidade com sua inserção no bloco dos países subdesenvolvidos ou no dos países desenvolvidos.

São combinações e conjuntos de características e “sínteses de múltiplas determinações” que permitem entender o que acontece nas nações subdesenvolvidas do Terceiro Mundo. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e mais propriamente em João Pessoa, a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao auxiliar o “desenvolvimento econômico” lidam com a pobreza na periferia do sistema de forma supérflua, sem análises profundas, sem se basear em estruturas sociais, fomentando ainda mais o ciclo de dependência.

Por conseguinte, o trabalho de Oliveira (2016), vem para confirmar as ideias de Milton Santos. O trabalho, intitulado de “O papel das organizações internacionais na disseminação de políticas públicas: o caso do banco interamericano de desenvolvimento e a iniciativa cidades emergentes e sustentáveis no município de João Pessoa”, que analisou o papel do BID e a implementação da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) no município. A Iniciativa pode ser considerada como um programa de políticas públicas que podem se adaptar e aderir a novas transformações exigidas para o seu crescimento. Uns dos mecanismos utilizados consistem nos dados quantitativos apresentados por institutos de pesquisas que acabam por construir indicadores para a sociedade, sendo estes capazes de apontar a existência de um problema em determinado local ou até mesmo auxiliar na criação de um quadro de problemas. Ou seja, uma empresa contratada é quem vai apresentar um laudo e a solução. João Pessoa aplicando a metodologia da ICES, e

as suas diretrizes, em cada etapa do processo, não foge da participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento em todas as decisões e definições da iniciativa para a região. Assim sendo;

O BID então impõe a metodologia que deve ser utilizada para o levantamento de dados da cidade e, em seguida, analisam todos os relatórios produzidos pelos especialistas. Caso o Banco ache que algum relatório não esteja dentro dos seus padrões, eles contratam uma equipe própria de especialistas para refazer os estudos, estando todas as ações à mercê da aprovação do BID. Assim, no quesito metodológico, a rigidez e a irredutibilidade imperam. (OLIVEIRA, 2016, p.58)

Essas instituições financeiras internacionais podem até auxiliar em alguns problemas urbanos de forma imediata, pelos altos valores de empréstimos, mas criam novos ao longo do tempo e perpetuam outros. Principalmente, aumentando a incidência da pobreza e a distribuição de renda desigual interna, pelo processo de endividamento. Pois, cabe ao Estado nacional criar oportunidades, gerar empregos, aumentar o poder de compra, fazer a engrenagem da economia brasileira girar favorecendo os nossos, e superar o modelo neoliberal imposto de crescimento econômico, da crise do padrão de acumulação dependente e da crise do modo de produção capitalista atual. Lembremos que até tais padrões de crescimento dos países ditos desenvolvidos, por mais difíceis de serem alcançados, pela própria configuração do sistema, dependem da pobreza do terceiro mundo, e nem ao menos seria desejável, devido à sua dimensão altamente destrutiva e predatória dos recursos naturais e humanos.

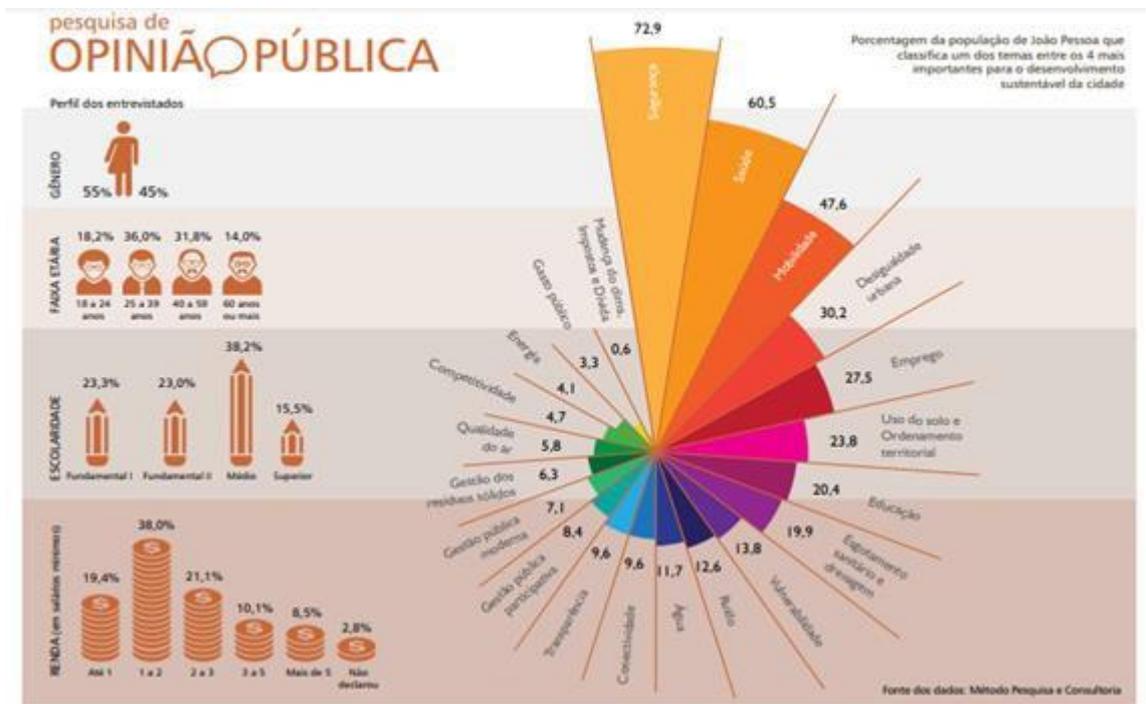
Na tese de Estenssoro (2003), no capítulo sobre o *lumpemproletariado*, ele explica que o capitalismo se “alimenta” de expropriação de recursos naturais e de economias tradicionais, exploração da força de trabalho e concentração e centralização dos capitais. E que “novos grupos” a serviço de setores financeiros, militares ou de inteligência, estudam ou lidam com a questão da “pobreza” na América Latina partindo de versões simplificadas dos estudos do Banco Mundial. Traz inúmeras visões de intelectuais, e a de Marx, sobre o conceito de *lumpemproletariado*, que segundo o fundador do marxismo; é a camada social que vive de atividades marginais, indigentes e sem consciência social, que nem ao menos pertence ao exército industrial de reserva. Já o autor da tese de 2003, defende a identidade de classe que permita a consciência desta e que combata o controle e a exploração tendo como objetivo a revolução social;

O *lumpemproletariado* não tem presença enquanto classe social, mas tem presença como massa pauperizada e marginalizada. Traços específicos tais como a pobreza, destituição, espoliação, desfiliação, opressão etc. devem ser entendidos como agravados por exponencialmente nesta camada social. Se a exclusão social da classe trabalhadora se configura como uma exclusão de direitos sociais, a exclusão social do *lumpemproletariado* é uma luta por sobrevivência física diária, convivendo com o desemprego, trabalho precário, informal, involuntário, fome, violência e desamparo. (ESTENSSORO, 2003, p.271).

Logo, a miséria no Brasil tem origem estrutural, derivada de um processo de colonização e de escravidão, ou seja, algo que tem uma causa e consequências explícitas na atualidade, e a exclusão dessa população marginalizada sempre foi evidente. As parcelas mais pobres da população são só usadas e lembradas pela política eleitoral, e em tempos de crise econômica aumentam consideravelmente dentro deste sistema. O imperialismo travestido de ajuda mantém o modo de funcionamento mercadológico mundial, baseado na intensa exploração das “colônias” e suas populações. Para os povos que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial, os novos tempos tornaram-se particularmente sombrios, deixando a periferia à mercê dos capitais internacionais, sem perspectivas de melhora na qualidade de vida das camadas mais pobres, pauperizadas. As promessas destas organizações internacionais são de que as ondas de inovação tecnológica e movimentos de internacionalização de capital vão desenvolver economicamente as cidades brasileiras, embora possivelmente vão manter a superexploração do trabalho e a depredação do meio ambiente, pois nossas cidades continuam submetidas à corrida da concorrência global e ao despotismo das potências imperialistas. Ou seja, é a “reinvenção” da superexploração dos já miseráveis (*lumpemproletariado*).

Outra questão levantada como contrariedade no plano de ação é a apresentação dos princípios da ICES, sua metodologia e a justificativa para a escolha de João Pessoa. O documento expõe os resultados da aplicação da metodologia na cidade, desde a fase de diagnóstico até a priorização das áreas de atuação. A parte final do Plano indica caminhos e estratégias para as áreas priorizadas, no sentido de garantir o “desenvolvimento sustentável de João Pessoa”, no curto, médio e longo prazo. Tudo isso, com uma projeção dos custos e metas a serem cumpridas. Há uma imagem no documento sobre opinião pública:

Figura 9 - Imagem com gráfico sobre a opinião pública:



Fonte: documento plano de ação “João Pessoa Sustentável” página 61.
(<https://webimages.iadb.org/PDF/Joao+Pessoa+Action+Plan.pdf>)

Segundo o próprio documento, um tema identificado como prioritário para ação no município foi o de Segurança Pública. Os estudos realizados pelo ICES, demonstraram que os índices de homicídio na cidade são bastante altos se comparados com outras regiões do país. Em trabalho realizado junto à Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania (Semusb) detectou ações a serem realizadas no curto e médio prazo visando resolver os problemas de segurança. A pesquisa de percepção cidadã mostrou que existe uma forte sensação de insegurança da população na utilização dos espaços públicos causada principalmente pelo crescimento da violência urbana nos últimos anos. Porém a solução para tal problemática é a instalação de um Observatório de Segurança Urbana, composto por atores e instituições do governo estadual, municipal, universidades e diversas entidades da sociedade civil. O Observatório, com capacidade de gerenciamento de dados e geração de novas informações sobre segurança a partir do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) – iniciativa presente neste plano de ação como ação transversal e com recursos previstos da ordem de US\$ 15 milhões (aproximadamente R\$ 75 milhões) – que segundo o documento;

“contribuirá imensamente para entender as dinâmicas da violência no município e desenvolver estratégias mais eficazes para combatê-la.” (p.62).

Os crimes violentos nas grandes cidades brasileiras, mensurados na pesquisa cidadã, vêm crescendo significativamente nas últimas décadas. Apesar de ser um fenômeno preocupante, não podemos cair em generalizações apressadas e soluções simplistas. A desigualdade social é um fator bem preponderante, há um favorecimento, inclusive para a economia internacional do tráfico que advém de atividades criminais nos territórios onde a pobreza, desemprego e discriminação imperam. Estas atividades criminais estão inseridas em uma lógica de competição, ambição, e ostentação que são ampliadas em lugares pobres e “esquecidos” pelo poder público. Mas ao tratar de violência urbana, um tema complexo com especificidades históricas, geográficas e estruturais é importante entender que o abismo econômico e social combinados com a infraestrutura deficitária do equipamento público, elevam os índices de violência e também refletem o descumprimento da garantia de direitos, e, portanto, ao realizarem uma pesquisa de opinião pública, e um estudo dito profundo dentro de metodologias científicas, deveriam se pautar nas causas para a resolução em seus planos. Há pouco espaço para o amparo e assistência nos centros urbanos, e conforme venho descrevendo, existe uma invisibilidade e estigma sobre os moradores subalternos da cidade que inclusive são inaudíveis pelo poder público. Não há incentivo à inserção social, nem por parte do Estado, muito menos pela instituição financeira internacional de empréstimos, que através de problemas seculares próprios da nossa formação, insere empresas de segurança e tecnologia de pouca empregabilidade, para lucrar e enriquecer ainda mais o capital internacional, frente a uma questão tão importante e estrutural como a da segurança pública.

Além do mais, nos estudos elaborados pela ICES, há uma violência que não foi citada ou sequer questionada, e na qual somos submetidos secularmente. Os latifúndios rurais e urbanos e seus poderes jurídicos e políticos, a superexploração da força de trabalho, a miséria cotidiana, o capitalismo dependente, a dívida externa, as condicionalidades do banco e essa “oferta” de endividamento para os países-mutuários com uma política de juros extorsivos resultando no aumento dos rombos nas contas do governo e da prefeitura, que serão a soma e o reflexo de um

desequilíbrio que impactará toda a população pessoense daqui alguns anos. Impacto na saúde, educação, distribuição de renda, e principalmente na ausência de segurança pública (um centro de Cooperação da Cidade e o poder coercitivo não serão suficientes).

Já no trabalho de Arantes (2006) mencionado e citado acima, em seu resumo de apresentação, o autor coloca a seguinte constatação:

Constatai que os empréstimos do Banco Mundial e do BID - que aparecem aos gestores públicos como "tábuas de salvação" em tempos de crise -, não são "neutros" e carregam consigo uma agenda afirmativa: pretendem modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado. As duas instituições difundem políticas públicas que seguem critérios empresariais de rentabilidade e um modelo de gestão estatal terceirizada, à mercê de um corpo técnico privado - formado por gerenciadoras de projeto, fundações privadas, ONGs e inúmeros consultores. Seu objetivo é transformar uma parcela dos governos locais nos países em desenvolvimento, especialmente os que administram os territórios que dão suporte aos negócios transnacionais, em estruturas administrativas treinadas para responder aos grandes interesses privados, ao mesmo tempo em que se desembaraçam de qualquer compromisso com a democracia real. (ARANTES, 2006, p.60).

Assim, contrapondo os grandes interesses privados e acumuladores, trago outro ponto de vista, de uma expressão artística que demonstra uma percepção cidadã. Caso fizessem esta pesquisa dentro das ZEIS em João Pessoa, talvez em um plano abstrato, a resposta à temática prioritária para ação no município, fosse parecida com esta letra de música:

*"Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza...*

*Sem endereço, quintal de lama, os inimigo tão de campana
 As visitas são ratazanas, os remédios feitos de cana
 Sem Lacoste, Sem Le Coq, sem Nike Shock, sem Reebok
 Barracão, tijolo vermelho, as parede não tem reboque
 Vítimas de uma exclusão, desde de cedo o drama começa
 Nunca pegou um livro na mão, mas desde cedo segurou as peça
 De olho na boutique dela, não é Genival Lacerda
 Tá nascendo a nova classe média, muitos tão na velha classe merda
 Correria, correria, renda 3 reais o dia
 Ilusão querer ser doutor, esperança de ser a vadia
 Com novas perspectivas, grana por aqui é diva
 Mas não ta tudo firmeza, porque a pobreza continua viva
 Já ouviu falar em pobreza?
 Pobreza, ela não morreu
 Pode pá, po-po-pode pá
 Ela não morreu
 Já ouviu falar em pobreza?
 Pobreza, ela não morreu
 Pode pá, po-po-pode pá*

Ela não morreu
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza...
 Pobreza, pobreza, um certo dia vi ela
 Quando passei na viela, cruzando pela favela
 Pobreza, pobreza, é conviver com a nojeira
 Morar em área de risco e dormir ao som da goteira
 Um carro loco é um abalo, um som batendo no talo
 Lugares que tem miséria luxo é andar de cavalo
 Onde o dinheiro não rola, chinelo gastando sola
 Levando quase uma hora até chegar na escola
 Trampando desde criança e sonhando em ter uma TV
 Um sonho realizado, mas morreu sem aprender ler
 Criança não "trabaia", criança dá "trabaio"
 Maioridade penal eles querem a redução, caraio!
 Já ouviu falar em pobreza?
 Pobreza, ela não morreu
 Pode pá, po-po-pode pá
 Ela não morreu
 Já ouviu falar em pobreza?
 Pobreza, ela não morreu
 Pode pá, po-po-pode pá
 Ela não morreu
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza...
 Educação é negada, jogaram as sementes
 A terra foi regada, brotaram os indigentes
 Pra resolver geladeira vazia tão enchendo o pente
 A fome consome, um prato com rango bem no ninho de serpente
 Pegando água do poço, andando a pé, porque não tem carro
 Sem energia, casa de taipa, no melhor estilo João de Barro
 Oito da noite já ta o breu, o candiqueiro já acendeu
 O quilombo ainda existe, saiba que ele não morreu
 Falta água porque não choveu
 Pedindo pra Deus, fazendo louvor
 Quem vive na extrema pobreza tem em comum escuro na cor
 Vivendo de favor na terra que é seca, não tem flor
 Na zona do sofredor, pobreza desfila sem pudor
 Vivona
 Você fala de pé, de terra, você fala de riqueza e esta riqueza é disputada.
 Disputada pelos grandes latifúndios, disputada pelos fazendeiros, disputada
 por mim
 Já ouviu falar em pobreza?
 Pobreza, ela não morreu
 Pode pá, po-po-pode pá
 Ela não morreu
 Já ouviu falar em pobreza?
 Pobreza, ela não morreu
 Pode pá, po-po-pode pá
 Ela não morreu
 Pobreza, pobreza, pobreza
 Pobreza, pobreza, pobreza

*Pobreza, pobreza, pobreza
Pobreza, pobreza, pobreza
Pobreza, pobreza, pobreza...*

Compositor: Rincon Sapiencia, **Ostentação a pobreza**, 2017.

Portanto, como a epígrafe que abre este capítulo, e esta letra de música, que são canções de revolta, protesto e denúncia que age na intenção de formar uma consciência social de seus ouvintes, destacam-se os temas da violência e da exclusão social. Violência sentida e também extravasada. Nos discursos escancaram-se a vivência das comunidades e os problemas do país, expressos, sobretudo, pelas desigualdades, abismos sociais e a voz inaudível dos sujeitos periféricos perante o poder público. Logo, a reflexão a respeito de segurança pública, é voltar-se para a ação coletiva e o objetivo comum.

3.2- VELHA HISTÓRIA

É sabido que conflitos por terras no nosso país é antigo, em um artigo de 2011, escrito pela professora Doralice Sátyro Maia e sua aluna de mestrado, Rebeca Maria Aguiar do Nascimento, é analisado a repercussão da Lei de Terras (1850) e das demais normativas implementadas entre 1850 e meados do século XX, na estrutura fundiária da Cidade da Parahyba, hoje chamada de João Pessoa. Revelando que as normativas que dão respaldo à privatização da terra urbana, à salubridade e ao aformoseamento da cidade modificaram não só a estrutura fundiária, como também a morfologia e o conteúdo da cidade e da vida cidadina. O Higienismo exigiu um ordenamento e outro traçado urbano, logo, a alteração da morfologia urbana em uma lógica de comercialização que naquele período vigorava a transição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, mas já sob a jurisdição da propriedade privada, e ainda assim, entre 1864 e 1889, a principal mercadoria na Cidade da Parahyba, ainda era o escravo, totalizando trinta escrituras de compra e venda, quatro escrituras de hipotecas de escravos e sete declarações de libertação de escravos, somando quarenta e uma escrituras de negociações em que o escravo aparece como mercadoria.

As autoras deixam claro que não existia um plano de Reforma Urbana, e o período foi marcado pela legitimação da propriedade privada da terra, como mecanismo jurídico para aprisionamento da terra e controle do espaço urbano e de

seus cidadãos. E que os trabalhadores continuaram em habitações precárias, em ruas enlameadas, tortuosas, onde se encontravam as casas de palha, ou seja, todo e qualquer embelezamento ou investimento jamais foi destinado para a parcela subalterna da população.

Comparando este fato histórico com o momento atual, que garantias existem para que haja uma melhora na vida dos moradores que serão removidos de suas casas em prol do programa e projeto “João Pessoa sustentável”? As cidades brasileiras não pararam de crescer e de se modernizar, mas as injustiças sociais e o desamparo dos mais pobres continuaram na mesma medida. A situação de vida em uma sub-habitação dentro de uma condição de vulnerabilidade social, precariedade material, é viver em espírito de luta e vigilância para grupos carente de recursos financeiros, sem infraestrutura, e excluídos do processo de garantia de direitos básicos, em inúmeras localidades pelo Brasil, desde aquela época (higienismo) até esta temporalidade (sustentável).

Revoltas, indignações, angústias, e sofrimento são próprios de uma população marginalizada em situação de miséria e desamparo exposta a todos os tipos de violência e violação de direitos. Não existe possibilidade de florescimento de ideais de igualdade em um cenário tão dominado pela perversidade do sistema capitalista, que é racista, patriarcal, subjogador, e faz com que todos os dias, a maioria dos seus moradores tenham que ir em busca da ilusão de oportunidade, mesmo sem condições materiais, educacionais e psicológicas. Pessoas em situação de precariedade e vulnerabilidade social, como é o caso da população favelada ou em situação de rua, formada em sua maioria por trabalhadores informais, catadores de materiais recicláveis e desempregados, muitas vezes lutam pela sobrevivência, sem água ou comida garantida, e dentro de zonas de conflito, cortiços, acampamentos, barracos, casas de alvenaria precária e insalubre, além de expostos às diversas doenças, e este fato os tornam invisíveis, inclusive suas dores e dissabores, gerando transtornos mentais sérios, anulando a dignidade da pessoa humana. A exclusão aqui tem denotação de perversidade e desumanidade, e consequências visíveis na dinâmica urbana. Os gritos dos inaudíveis são imperceptíveis dentro de uma visão estatal legitimadora, institucionalizada, sistemática e normalizada.

Além do mais, esse processo está intimamente ligado à produção capitalista no Brasil e dificulta a permanência (ou acesso a direitos) da população trabalhadora nas cidades, conforme a dissertação intitulada “Minha propriedade, minha vida” que fala sobre a política habitacional na cidade de João Pessoa-PB, Silva, nos diz:

Ocorre que o processo de urbanização que se dá pelo capitalismo dificulta o acesso à moradia digna e à vida urbana na medida em que esses direitos básicos são mercantilizados, transformando-se em fonte direta de extração de mais valia. Todavia, a crise urbana, não restrita ao déficit habitacional, é, antes de qualquer coisa, uma questão de classe social, em decorrência da hegemonia do modo de produção capitalista. Entende-se por crise urbana o que na verdade se trata de uma crise do capitalismo que é permanente, tendo em vista que as cidades são hoje o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. (SILVA, 2016, p.14).

Sabendo que boa parte da população está desempregada e na informalidade, e que a classe trabalhadora vende sua força de trabalho, logo, dependem de salário, ou diárias de serviço prestado para sobreviver no meio urbano, e estes estão cada vez mais escassos, pois a reforma trabalhista, previdenciária, teto de gastos, entre outros ataques de governos neoliberais colocaram-nos em cenário de maior precarização, como permanecer e sobreviver nas cidades, tomadas pela especulação imobiliária? Qual lugar físico e de pertencimento cabe para a população mais pobre e subalternizada? As cidades “inteligentes e sustentáveis” os integram?

3.3- MESMA HISTÓRIA

Há dois artigos que gostaria de trazer como reflexão e embasamento, ambos de uma professora e assistente social, os quais apresento de forma resumida. O primeiro fala sobre o desenho ideológico das estratégias do BID para financiamento das cidades e a experiência em remoções na cidade de Belém-PA. A autora é Joana Valente Santana e foi escrita e submetida à revista de produção científica, *Katálisis*, em 2012. Aqui, Santana constatou através da sua pesquisa, uma tecitura nestes programas, onde se justificam os grandes projetos em prol da diminuição da pobreza, que encobre a verdadeira motivação, baseada na preparação de uma infraestrutura física para investimentos empresariais, além da reforma do Estado. E que a permanência ou o nível de satisfação das pessoas no processo de remoção

involuntária e reassentamento para novas unidades habitacionais sequer é questionada ou avaliada pelo poder público.

Nos dados levantados pela autora, há o levantamento quantitativo dos projetos aprovados pelo BID, por setores e países na América Latina e no Caribe, no período de 1960-2011. São quatro setores norteadores, como; “Projetos Econômicos e Infraestrutura” correspondendo a 49,63 % do total dos projetos aprovados, seguidos dos projetos referentes à “Política Social” (25,66%), “Reforma do Estado” (15,24%) e, por último, “Meio Ambiente”, (6,16%), comparação feita entre os 26 países mutuários e estas porcentagens são referentes à liderança do Brasil em todos os setores norteadores. Ou seja, nomeiam áreas para efeito de promoção e divulgação, não necessariamente de atuação e execução em sua plenitude. Como exemplo, na cidade de Belém do Pará, objeto de estudo do referido artigo, executou-se um projeto urbanístico financiado pelo BID, denominado “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)”, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belém. Esta bacia é uma das maiores da cidade. A intervenção foi agrupada em quatro componentes: melhoria da drenagem urbana, infraestrutura viária, infraestrutura sanitária e sustentabilidade social e institucional. E para tal, foi programado o reassentamento de cerca de 1.100 famílias e aproximadamente 150 microempresas familiares. Semelhante ao processo em curso inicial na cidade de João Pessoa, das remoções para a construção do “Complexo Beira Rio”, o custo total divulgado pelo programa em Belém, também foi alto, cerca de US\$ 137.500.000 (cento e trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares) sendo US\$ 68.750 milhões financiados pelo BID, e a outra parte (US\$ 68.750 milhões) corresponde à contrapartida da Prefeitura Municipal de Belém.

Em 2018, Santana escreveu outro artigo junto com Oliveira, em que analisou os impactos socioeconômicos deste reassentamento. Com base no método dialético, a pesquisa contou com levantamento bibliográfico e documental, além de pesquisa de campo, a qual investigou os moradores reassentados para o referido residencial, correspondendo a 49,52% do total de famílias reassentadas no Residencial Antônio Vinagre pelo Promaben, e assim as autoras identificaram os seguintes resultados:

Em relação às condições de trabalho e renda, a pesquisa demonstrou que um dos impactos mais significativos diz respeito aos moradores que

desenvolviam atividades comerciais em sua antiga residência, pois antes do reassentamento essa atividade era desenvolvida por 38,5% dos moradores e, após o reassentamento, esse número diminuiu para 5,8%. Observou-se, durante a pesquisa de campo, que, apesar de o residencial possuir espaços que poderiam ser destinados ao trabalho dos moradores que trabalhavam em atividades comerciais/serviços em sua antiga moradia, as lojas encontravam-se fechadas. Segundo os moradores, desde o início do reassentamento as lojas permanecem fechadas. A justificativa dada pelo programa é de que não seria possível a realização de atividades comerciais/serviços, haja vista que muitas dessas atividades estavam relacionadas à venda de comidas e bebidas – inclusive alcoólicas –, o que provocaria o intenso fluxo de pessoas e possivelmente a insegurança no local, já que as lojas se encontram na parte interna do residencial, próximas ao portão de acesso aos apartamentos. (OLIVEIRA&SANTANA, 2018, p.261).

As autoras buscaram identificar na particularidade do processo de transição as condições socioeconômicas das famílias reassentadas, especialmente quanto à questão do trabalho e da renda; situação de moradia; situação de serviços públicos; participação política e percepção dos moradores. As intervenções urbanas são pensadas apenas para remover os assentamentos precários e “limpar a área” e não há participação popular, tampouco a consideração durante a concepção dos projetos, das necessidades destas populações. E como as autoras verificaram, repetem-se erros clássicos como a construção de um espaço distanciado das necessidades e gostos característicos dos moradores, de suas vidas cotidianas e desconsideram particularidades regionais e familiares. Através do trabalho de campo, as autoras criaram um quadro de indicadores de impactos socioeconômicos, que apresentava os seguintes tópicos: condições de trabalho/renda; condições de moradia; disponibilidade de serviços urbanos sociais e sociabilidade destacam-se as respostas dos moradores concernentes às variáveis negativas, com maior enfoque nas referentes às condições de trabalho e renda, sendo as mais expressivas o aumento das taxas de energia e água, aumento do custo de vida e perda das atividades de trabalho.

Quadro I - Quadro de sistematização dos indicadores de impactos

INDICADORES DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS	VARIÁVEIS POSITIVAS	FREQ.	VARIÁVEIS NEGATIVAS	FREQ.
Condições de trabalho/renda	Conseguiu atividade de trabalho	5	Perda da atividade de trabalho	14
	Diminuição da taxa de energia	4	Aumento da taxa de energia	34
	Diminuição da taxa de água	3	Aumento da taxa de água	25
	Distância entre a moradia e o trabalho	3	Distância entre o trabalho e a nova moradia	13
	Diminuição do custo de vida	1	Aumento do custo de vida	32
	Recursos para modificar/melhorar a nova moradia	1	Falta de recursos para modificar os espaços	14
Condições de moradia	-	-	Outros	7
	Nº de cômodos suficiente	16	Nº de cômodos insuficiente	14
	Qualidade construtiva dos prédios	10	Qualidade construtiva dos prédios	21
	Tamanho dos cômodos	10	Tamanho dos cômodos	14
	Ventilação apropriada	10	Ventilação inapropriada	9
	Outros	15	Outros	2
Disponibilidade de serviços urbanos sociais	Segurança	15	Insegurança	23
	Acesso a escolas	15	Dificuldade de acesso a escolas e transportes	1
	Acesso a postos de saúde	13	Dificuldade de acesso a postos de saúde	4
	Acesso a lazer	12	Dificuldade de acesso ao lazer	9
Sociabilidade	Relação de vizinhança	7	Relação de vizinhança	19
	Relação familiar	5	Quebra de laços familiares	10

Fonte: Compilação do quadro da pesquisa de campo das autoras (OLIVEIRA&SANTANA, 2018, p.266).

Desse modo, o reassentamento não alterou a condição de subalternidade do morador trabalhador, isso porque a produção e uso da cidade condizem diretamente com a divisão social do trabalho no espaço. Logo, apenas a alteração do lugar de moradia dos trabalhadores não altera sua condição de sobrevivência enquanto classe trabalhadora, pois as condições de renda permanecem as mesmas da área anterior ou chegam a piorar. Além disso, os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam no assentamento precário, neste caso, na baixada. (OLIVEIRA&SANTANA, 2018, p.267).

Ou seja, os moradores tiveram acesso a algumas infraestruturas, como o acesso ao esgotamento sanitário, entre outras. Logo, o acesso a uma casa salubre é fundamental, embora não seja suficiente para suprir condições socioeconômicas para permanecer nela. Concluem o artigo registrando que a diminuição da pobreza só será alcançada quando houver a superação da ordem capitalista e não se pautar em dados ou levantamentos feitos por setores norteadores empresariais, que desnorteiam e não auxiliam verdadeiramente os atingidos por estes grandes projetos.

4- O CENTRO E A PERIFERIA

Para toda cidade inteligente e sustentável, se pressupõem que haverá trabalho, logo trabalhadores. Como se pretende dentro da dinâmica urbana, e do mundo do trabalho, prover renda e sustento para a classe trabalhadora de João Pessoa? Na atual crise que impera no mundo do trabalho, tendo como ênfase números assustadores de trabalhadores e trabalhadoras adentrando a informalidade, mais especificamente na chamada uberização - que é a venda de serviços sem vínculos e garantias empregatícias. A uberização é intermediada pelos meios digitais, fazendo uso de bens privados e com trabalhadores embalados na propaganda do empreendedorismo, utilizado pelo ideário neoliberal, capturado, sobretudo pelo capital e os governos. Ideologicamente, atribui-se status de meritocracia a estes sujeitos do labor independente (e precário), sendo que essa inclinação surge da necessidade de sustento, fuga da miséria, etc.

Para o intelectual Ricardo Antunes, que em 2018, publicou o livro “O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital” afirma que o mundo real é muito diferente do mundo ideal, e citou o exemplo das minas de carvão que foram “proibidas”, e a última foi fechada na França, porém na atual divisão internacional do trabalho, as mineradoras cresceram e exploram terras hoje no sul do mundo, como Colômbia, Chile, Venezuela, Congo etc. Ou seja, a responsabilidade social e ambiental são flexibilizadas (ou seletivas) de acordo com o território. Assim sendo, ele indaga o porquê do labor humano nos últimos tempos ser predominantemente um espaço de sujeição, sofrimento, desumanização e precarização. Se o trabalho humano tem o poder e potencial emancipador, transformador em uma sociedade, porque se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado? Será o capitalismo, e o *modus operandi* do imperialismo com sua expansão, exploração e domínio?

Nossa política e economia periférica estão sob a hegemonia do capital produtivo brasileiro (agronegócio) e capital financeiro internacional (especulativo) onde a busca por altas taxas de lucro e acumulação, exige e transfere ao trabalhador(a), a pressão e responsabilidade para se alcançar o êxito, tomando boa parte do tempo desses trabalhadores (contrato de trabalho nos moldes neoliberais) e este tempo é de vida, saúde e bem-estar do trabalhador(a). São estratégias

empresariais, com consequências profundas na vida social, principalmente na questão da apatia e do pertencimento de classe, pois diante de uma carga de trabalho excessiva, como podem dedicar-se ao plano abstrato voltado a questões culturais, educacionais, científicas, sociopolíticas, econômicas, ou até mesmo causas coletivas?! Além do mais, como se trata de uma relação desigual e controversa, há uma diminuição das políticas sociais diante dos aumentos dos bolsões de desemprego (políticas de austeridade), e, portanto os trabalhadores precisam buscar alternativas, que são ainda piores que o trabalho assalariado.

O cineasta britânico Ken Loach produziu duas obras ficcionais e cinematográficas que gostaria de trazer como reflexão e paralelo para pensarmos as ações do projeto “João Pessoa Sustentável” que visa construir uma cidade “inteligente”. Os filmes são: “Sorry We Missed You”, lançado no Brasil com o nome “Você Não Estava Aqui” de 2019, e o outro filme “I, Daniel Blake”, lançado no Brasil como “Eu, Daniel Blake” de 2016. Ambos os filmes fazem críticas ao liberalismo econômico e a situação de precarização à qual estão submetidos os trabalhadores, é importante ressaltar que a ambientação dos filmes se passa no Reino Unido, formado por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, é uma nação que abriga um centro financeiro e cultural globalmente influente.

Figura 10 - Foto dos protagonistas, dos dois filmes aqui retratados:



Fonte: imagem alterada e compilada do site dos dois filmes de Ken Loach:
<https://disparada.com.br/ken-loach-capitalismo-cinema/>.

O filme “Eu, Daniel Blake” (2016), mostra o sistema de seguridade social do governo, e um contribuinte que está na transição para receber seu benefício, pois teve um grave problema de saúde. Proibido de trabalhar pela sua cardiologista, mas diante da solicitação de seguro social, uma profissional administrativa não autoriza o seu seguro, pois ele não atinge a pontuação necessária em um formulário, e se vê às voltas com a burocracia do Estado, agravando seu estado de saúde. É uma história sobre subjugação, desespero, desemprego, e fome. Mas adentra outra camada, a da crítica à burocracia e ao neoliberalismo que tudo privatiza e trata sob a ótica do corte de gastos (políticas de austeridade), inclusive trazendo o adoecimento, impactando a saúde mental e física das pessoas. O que muda a visão sobre um país central que atualmente vive a situação de exclusão social, e a má distribuição de renda, mesmo assentado em um lugar relevante na divisão internacional do trabalho, na Europa, que tem um panorama econômico virtuoso (quinta maior economia do mundo, segundo levantamento da agência de classificação de risco Austin Rating³ (2021), divulgado no portal do G1, do site globo.com). Traz a tona a falta de

³ Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. Foi à primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

dignidade da pessoa humana na contemporaneidade, com o rebaixamento salarial, colocando-as em situações de miséria. Diante de tal realidade, há uma urgência necessária para a construção de outra sociabilidade.

O filme "Você Não Estava Aqui" (2019), mostra uma família que perdeu a hipoteca da casa, e passam a morar de aluguel, e lutam para pagar as contas. O pai desta família vive a difícil e exaustiva rotina de um entregador autônomo, e neste empreendedorismo neoliberal aparecem cenas desta rotina em que a personagem central não tem sequer tempo para ir ao banheiro, pois seus ganhos são baseados em produtividade. A mãe, cuidadora de idosos, também trabalha através de plataformas de serviços *delivery*, com a jornada diária de 14 horas. O título é a menção da família que divide o mesmo espaço, mas mal se vê devido à rotina de trabalho. Mostra o conforto de alguns e o sacrifício de outros, mas principalmente a dinâmica da precarização do trabalhador, e como o capital opera no mundo de hoje. Neste arco dramático apresenta conflitos relacionais, e como a questão econômica altera a união de uma família. Jornadas exaustivas, desamparo completo em casos de acidentes de trabalho, ausência de garantias, de programa de qualificação, de equipamentos de segurança, e o isolamento dos sujeitos que se tornaram comuns e aceitos na exploração do mundo do trabalho em escala mundial. Uma estrutura produtiva baseada na acumulação do capital financeiro, onde nem ao menos se sabe quem são os "donos das empresas de tecnologia" dos aplicativos, ou das plataformas virtuais (capital aberto) para quem presta determinado serviço.

Estes retratos cinematográficos são a extensão do que ocorre na realidade. São ambientados em um país de "primeiro mundo", onde o desmonte do Estado do bem-estar social e o abandono de políticas redistributivas pela adoção do neoliberalismo estão acontecendo e impactando boa parte da classe trabalhadora. No Brasil, nunca houve Estado do bem-estar social e sempre existiu a precarização das relações trabalhistas (herança escravagista), e agora as condições laborais precárias se intensificam ainda mais. Porém, essa situação não é tão fácil de ser combatida, justamente porque nossas hierarquias sociais postas no Brasil são as mais conservadoras e, portanto, não foram renovadas pela democracia, como salientou o intelectual Safatle, em um ciclo de debates disponibilizado em uma plataforma de vídeos, sobre a democracia em colapso. Além do mais, há a

operacionalização atuando no silenciamento de qualquer reivindicação da classe subalternizada. Logo, o que o projeto de cidade inteligente e sustentável propõe neste sentido para João Pessoa?

Um das formas para inserir a questão de empregabilidade no plano de ação “João Pessoa Sustentável”, seria o uso de sistemas cooperativistas, á exemplo do que já acontece em Fortaleza, onde grupos de catadores realizam a coleta de resíduos sólidos na cidade, sendo remunerados pela Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos (SCSP). Foram implantados 65 ecopontos, onde se coletam material para a reciclagem, neste megaprojeto de limpeza urbana. Assim como na capital cearense, há grupos de catadores acompanhados pela universidade estadual da Paraíba, que poderiam ser responsáveis por esta organização, gerando trabalho e renda dentro do próprio território, ao mesmo tempo de garante a participação popular no projeto. São iniciativas de economia solidária, que proporcionam renda para a população mais pobre, residentes do meio urbano.

Nos documentos sobre o projeto, fala-se sobre o movimento migratório e os cenários de crescimento urbano, percebido nos dados levantados pelo IBGE. Nos anos 70, a população de João Pessoa era de 228,4 mil pessoas. Cinco décadas depois, o crescimento foi de 254,2%. Entende-se como uma cidade que busca crescer, seja com novos moradores ou turistas. Foca-se em aumentar o número de pessoas circulando na cidade, com bens e serviços disponíveis de alta qualidade, inovação e tecnologia. Pois bem, e os prestadores de serviços, a classe trabalhadora em que situação e condições cotidianas estarão para receber estas pessoas? Há discussões sobre flexibilização e terceirização no projeto em voga?

Tanto nos documentos, nas reuniões e nos encontros, não se conversa sobre alternativas como o cooperativismo descrito acima, uma forma de garantir sustento para a população do complexo Beira Rio. Se nossos direitos sociais vêm sendo solapados pela política neoliberal, como se pode construir algo “sustentável e inteligente” em um lugar que já sofre com a precariedade das relações sociais e a segregação? E não há discussões para incorporar outros tipos de economia.

No documento do plano de ação, falam em oportunidades e potencial para receber novos moradores, e para os que aqui estão há o incentivo ao empreendedorismo individual, que só irá aumentar exponencialmente a informalidade, além de incentivar e ampliar os contratos curtos de trabalho, sem

vínculos empregatícios e ausência de garantias, se preocupando apenas em conter a expansão urbana “desordenada”. Como pode ser visto, neste quadro abaixo sobre os possíveis cenários:

Quadro 2 - Cenário do crescimento urbano, segundo o documento do plano de ação é:

Cenário Tendencial	Cenário Ótimo	Cenário Intermediário
Apresenta uma continuação da tendência de adensamento de cada classe de análise, até atingir sua capacidade de carga (capacidade física de recebimento de tais índices urbanísticos atuais) e consolida-se.	Busca a densidade ideal da cidade para que não seja necessário ampliar a mancha urbana a 2030 e 2050, respeitando as áreas de limitantes ao crescimento urbano e buscando resolver as principais questões urbanas da região.	Discutido e validado em oficinas de participação em João Pessoa, este cenário também busca resolver os principais problemas urbanos levantados, mas entende que mudanças bruscas são complicadas e lentas. Busca assim sanar, pelo menos em parte, os problemas urbanos derivados de uma expansão urbana desordenada.

Fonte: documento plano de ação “João Pessoa Sustentável” página 67.
<https://webimages.iadb.org/PDF/Joao+Pessoa+Action+Plan.pdf>

Nos documentos, a preocupação é conter o crescimento urbano, pois em um cenário de alto de crescimento, haveria as ocupações de terrenos irregulares, em áreas de preservação ambiental, e esta situação não é vista como um problema social, só uma problemática operacional que não poderá sair do controle, e por tal visão, não se compreende a razão que condiciona tais ocupações, que está intimamente ligada à questão do trabalho.

No trabalho de Oliveira Silva et al., 2021, trata da temática da precarização das relações de trabalho na atividade do turismo, principalmente pelos modelos adotados de contratos temporários, uma vez que há uma sazonalidade para viagens e eventos, e assim as autoras identificam essas relações advindas do mercado financeiro internacional, de acumulação flexível do capital, chamada "reestruturação produtiva":

O contrato de trabalho sólido, com todos os direitos e obrigações previamente definidos e inalterados ao longo de sua duração, vem sendo trocado por modelos menos rígidos, a partir da chamada „reestruturação produtiva”, com postos de trabalho sem vínculos trabalhistas, perda de benefícios indiretos, extensão da jornada laboral além do estabelecido pela legislação e transferência para os trabalhadores das responsabilidades de toda e qualquer imprevisibilidade do processo produtivo (Buonfiglio & Dowling, 2006). No Brasil, esta situação foi “potencializada” no ano de 2017 com a aprovação da Lei ordinária 13.429 de 31 de março de 2017, no governo de Michel Temer, que modificou dispositivos da Lei 6.019, de 3 de

janeiro de 1974 e autorizou a terceirização para todas as atividades de uma empresa. (Silva et al., 2021p.4)

Com a diminuição de custos operacionais pelas empresas, e a competição do contingente de mão-de-obra desempregada (exército de reserva) para esta nova “cidade inteligente”, provavelmente as oportunidades trabalhistas serão de ganhos modestos aos trabalhadores, mantendo o ciclo de precarização já vivido pela parcela mais pobre da cidade, ainda mais que, se exige para o trabalho na área experiência e qualificação profissional, sem condições objetivas de vagas e remuneração. Neste enfraquecimento das relações trabalhistas em escala mundial, pela reestruturação produtiva alinhada ao modelo adotado pelas políticas neoliberais, acaba-se a estabilidade e inicia a sensação de insegurança e faz com que trabalhadores fiquem submissos e aceitem qualquer oferta de emprego.

O turismo é a atividade citada nos sites oficiais da prefeitura e governo do estado, como alvo de investimento e desenvolvimento. Praticado pelas estratificações médias, altas e ricas que podem “comprar” lazer, o turismo atinge todos os continentes e a muitos lugares periféricos. Coriolano (2006) nos diz que, enquanto prática social, é também econômica, política, cultural e educativa, envolvendo relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores. Segundo a autora, o turismo é produto simultâneo do ócio e do trabalho. É produto do modo de vida contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas restritas a um grupo pequeno de pessoas. É possível constatar logísticas globais sob o comando de corporações e bancos internacionais que se sobrepõem à autonomia dos governos estaduais e municipais, redirecionando suas ações para atender unicamente interesses globais.

Logo, o capitalismo e sua ideologia neoliberal, mostram-se incapazes de resolver os grandes problemas que atingem a humanidade, e a mesma não tem dado conta de construir alternativas distributivas dentro deste modelo de produção. A construção real do socialismo parece um objetivo complexo, embora seja algo que não pode deixar de ser encarado, principalmente diante da situação e prognósticos destes planejamentos estratégicos, que só favorecem a classe dominante e seus bilionários. A leitura de socialismo colocada aqui, parte da ideia de luta de classes, da metodologia marxista e compreende uma perspectiva de superação do capitalismo, que é apenas uma forma de organização, não se trata de algo natural,

se trata de uma questão histórica transitória, que pode ser alterada a qualquer momento (partindo de condições favoráveis.).

“Adiamento

*Depois de amanhã, sim, só depois de
amanhã...
Levarei amanhã a pensar em depois de
amanhã,
E assim será possível; mas hoje não...
Não, hoje nada; hoje não posso.
A persistência confusa da minha
subjetividade objetiva,
O sono da minha vida real, intercalado,
O cansaço antecipado e infinito,
Um cansaço de mundos para apanhar um
elétrico...
Esta espécie de alma...
Só depois de amanhã...
Hoje quero preparar-me,
Quero preparar-me para pensar amanhã no
dia seguinte...
Ele é que é decisivo.
Tenho já o plano traçado; mas não, hoje não
traço planos...
Amanhã é o dia dos planos.
Amanhã sentar-me-ei à secretária para
conquistar o mundo;
Mas só conquistarei o mundo depois de
amanhã...
Tenho vontade de chorar,
Tenho vontade de chorar muito de repente,
de dentro...”*

**Álvaro de Campos [Heterônimo de
Fernando Pessoa] In Poesia, Assírio e
Alvim, ed. Teresa Rita Lopes, 2002.**

5- SEM CONCLUSÕES, APENAS REFLEXÕES

Há uma sedução tentadora do aparato mercadológico e tecnológico que faz com que um grande número de pessoas caia na armadilha de defender o projeto de “cidade inteligente e sustentável” como a solução para os problemas do presente-futuro, por isso precisamos analisar o quadro geral, complexo e singular do nosso país e mais propriamente nossa posição dentro da divisão regional do trabalho, no estado da Paraíba, e na cidade de João Pessoa, sem individualizar a conduta, sem personalismos, compreendendo a lógica do sistema de mercado e os agentes envolvidos. Precisamos aprofundar as reflexões com referenciais e métodos próprios de quem analisa o espaço e por tal precisamos estar atentos à sociedade, em todas as suas subjetividades, e enxergar as propostas enrustidas existentes no programa e relacioná-las à realidade concreta da periferia e ao processo de periferização pessoense. Enxergar as amarras, a perpetuação do velho, o domínio e a submissão a este programa. E principalmente a normalização da miséria, e o questionamento sobre o tipo de vida que criamos dentro deste sistema caótico que nos levará a barbárie, tal como posto pela intelectual Rosa Luxemburgo. Além do mais, diante deste bombardeio e propagação das peças publicitárias de “cidades inteligentes e sustentáveis”, não se percebe a opressão desta liberdade inexistente de escolha, principalmente para as camadas mais pobres, pois é criada uma noção liberal de sujeito, que inclusive entona estes programas e projetos, através do conceito “empreendedor”, um produto desta expressão ideológica que é o neoliberalismo, que cultua apenas o individual, e esquece a vida orgânica realizada no coletivo. É uma estrutura que concentra riquezas e geram frustrações, adoecimentos físicos e psicológicos, anulando qualquer perspectiva de futuro para a classe trabalhadora precarizada.

Busquei trazer questões voltadas à precarização e subalternização da classe trabalhadora de ordem local e mundial e o abismo que há entre o que está no planejamento (projetos) e a realidade concreta das pessoas/moradores, vistos no exemplo já ocorrido no programa de saneamento no município de Belém-PA. Dentro da questão centro e periferia do sistema, pontuei a precarização dos postos de trabalho e o turismo colocado no projeto como horizonte e sustentação econômica; a problemática da segurança pública e suas empresas “inteligentes” para solucioná-

las; as desapropriações e remoções involuntárias para o favorecimento da especulação imobiliária comandada pela cartilha de uma instituição financeira internacional - o BID. Trouxe estes elementos para refletir sobre a insustentabilidade do modo de vida que avança, onde a tecnologia, a inovação e o conforto são para um grupo pequeno, enquanto outros permanecerão nas margens (onde sempre estiveram). Ou seja, não há mudanças significativas para a classe subalternizada, pois não se altera a estrutura social, mesmo porque o interesse de um banco é oportunista, buscam-se lucros para seus acionistas e parceiros financeiros, e estas ações provavelmente causarão desequilíbrios em várias questões que abrangem a cidade. Pretendi apontar neste trabalho a marginalização institucional da sociedade, vistos que estamos em curso de uma megaprojeto em João Pessoa, que reafirma tal situação e vivenciando-o no agora, o foco e objetivo desta monografia é colocar em evidência as massas populares, reais e concretas, a classe trabalhadora precarizada que mora em periferias e favelas em João Pessoa-PB, que não participa da concepção da proposta e tampouco tem autonomia para decidir sobre o futuro desta. Temos a tarefa inicial de levar para a maioria da população explorada a informação e a necessidade de transformação social, quer dizer, de uma revolução socialista, um horizonte que não pode ser desfocado, mas tratado dentro de um conjunto de estratégias, que tem como objetivo final a superação deste sistema capitalista. Rosa Luxemburgo no seu livro: "Reforma ou Revolução?" escrito em 1899, fala da importância de uma luta parcial por reformas, pois neste movimento cria-se a consciência de classes, e coloca a luta revolucionária como estratégia e objetivo a ser alcançado. Enquanto as indústrias do turismo e da especulação imobiliária capitaneada pelo BID percebem o espaço urbano da nossa cidade apenas como uma oportunidade de negócios, as pessoas reais que já vivem situações de negação de direitos continuarão ainda mais precarizadas e subalternizadas. Infelizmente uma visão tecnocrática que busca uma superação pela ciência e técnica dentro deste modelo hegemônico não é suficiente para acabar com o pauperismo, o abismo estrutural interno social existente, pela própria configuração e articulação das relações sociais dentro deste sistema.

Não há no Brasil uma rede de industrialização notável, a indústria de transformação, que requer mão de obra especializada, e paga melhores salários, não existe uma cadeia produtiva dita sofisticada, pois não produzimos tecnologia e

inovação. Os profissionais brasileiros que fazem tal trabalho estão em multinacionais. Somos um país agroexportador (especialização de produtos primários), que cresce destruindo e destruindo florestas, emprega pouca gente sem nível de especialização, e concentra muita riqueza na mão de poucos, ou seja, o setor agrícola não desenvolve a capacidade produtiva, tecnológica e inovadora do Brasil, além do processo em voga de financeirização global e estrutural que tem diferentes impactos nas nações. Desde o final dos anos 1980, temos o aumento da dívida pública, inflação e o aprofundamento das políticas de austeridade, devido à pressão dos grupos de poder econômico, do capital, no quadro internacional e nacional, e que dentro deste sistema não permite nenhum protagonismo geopolítico brasileiro. E nos últimos anos, limitou-se ainda mais os gastos públicos, através das reformas liberais que foram aprovadas (trabalhista, previdência, teto de gastos) um conjunto institucional nacional que limita direitos. Há uma estagnação, pois sem a participação do Estado para estimular a produtividade, impede o desenvolvimento econômico pleno, logo, dentro desta dinâmica, a pobreza e a miséria só crescem.

Portanto, o caminho vislumbrado é de um viés mais rígido. Transgredir o momento de conflito distributivo. Sem regime conciliatório. Enfrentar a hiperpolarização ideológica e encarar a dinâmica da luta de classes no Brasil. É olhar inicialmente para as demandas sociais dos mais pobres, da classe trabalhadora precarizada e compreender que enquanto existir uma brutalidade nas relações que desumanizam, não há espaço para nos desenvolvermos como cidade inteligente, muito menos sustentável, pois o progresso jamais será individualizado, ou para um pequeno grupo, se constrói no coletivo. A libertação e o rompimento vêm de baixo para cima (como muitos autores marxistas defendem) e não se configura em um primeiro momento como rompimento radical, porém processual, na busca pela diminuição das desigualdades, visto que necessidades básicas e imediatas de todos precisam ser supridas.

Embora o projeto já tenha suas ações definidas, é importante salientar que no complexo Beira Rio, já existiam ações de melhoria da territorialidade, organizações sociais, mobilizações, pessoas engajadas para a construção de territórios sustentáveis. Estas ações não foram reconhecidas ou incorporadas na concepção do programa “João Pessoa Sustentável”, o que fez com que estas

organizações locais passassem a se mobilizar ainda mais pelo direito de voz, e de permanecer no local e também que suas experiências fossem utilizadas na construção de um plano verdadeiramente participativo e sustentável. Como exemplo, as comunidades São Rafael, e Tito e Silva, que estão junto ao departamento de Geociências da UFPB, na construção de um plano participativo.

Este mecanismo compõem o movimento por lutas parciais, tal movimento forma uma consciência de classe, e como já dito acima, há a marginalização institucional, e suas contradições, e este é um passo importante para a proposta colocada como horizonte final, de revolução social.

Para isto acontecer, devemos ter um olhar sobre o espaço de forma ampliada, de transescalaridade, é um desafio, porque para tal, se faz necessário estar em contato e junto da população “esquecida” e mais pauperizada, em sua escuta, objetivando a construção de uma consciência sobre os processos, com unidade popular e solidariedade orgânica. Conviver é mergulhar nos processos vivos e sincrônicos na dinâmica da existência humana que é contraditória, dialética, nem sempre suave, muitas vezes abrupta, que conduzimos dentro do espectro das possibilidades materiais de reprodução da vida, mas que acontece no agora, sem adiamento. Quando se forma uma consciência social, nossos olhares se voltam para novas perspectivas, outras visões do mundo além das nossas, de um horizonte comum.

Precisamos de um caminho próprio e estratégico para o socialismo, utilizando como ponto de partida a formação de base política e educacional dentro das territorialidades ameaçadas e pautar as ações na subjetividade solidária. Construir outros caminhos, outras possibilidades, outras formas de administração que visam o social, e o ambiental integrados, objetivando uma coesão popular e assim um planejamento urbano que atendam as necessidades internas e sociais. Um primeiro passo, contra as forças opressivas e imperialistas. O título deste trabalho, faz menção ao título inicial que abre o capítulo 24 (o penúltimo) do Livro 1 de “O Capital”⁴. Segundo Marx. “A assim chamada acumulação primitiva”, não está ligada a uma pura e simples racionalização da divisão do trabalho social, mas a um processo violento de expropriação, origem do modo de produção capitalista.

⁴ A esse respeito ver o capítulo XXIV, intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”. Em O Capital (Marx, 1984: 891-954).

Portanto, “a venda da assim chamada cidade inteligente e sustentável”, perpetua a violência e o roubo, realizadas por nações imperialistas. Assim sendo, dentro da brevidade que é a vida, e as circunstâncias que provam sua finitude, olhemos toda a desumanização posta, e tenhamos compromisso ético e social, construindo propostas e ações transformadoras mais próximas da concretude da vida das pessoas, a *práxis*, pois críticas e teorias por si mesmas não transformam as relações, ficam apenas no plano abstrato e longínquo, enquanto a vida se faz no agora e na ação. Porque a vivência concreta pensada no coletivo, menos centrada no individual, sem competição e acumulação, pode se transformar em bela para todos que estão aqui de passagem – e quem não está?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. O. **O BID como ator internacional no fomento de políticas públicas para cidades e municípios: uma análise sobre a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis em João Pessoa.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital.** Boitempo editorial, 2018.
- ARANTES, P. F. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades.** Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], n. 20, p. 60-75, 2006. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i20p60-75. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43485>. Acesso em: 3 maio. 2021.
- ARAÚJO, Caline Mendes de. **“Áreas de risco” e problemáticas socioambientais : uma reflexão sobre a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande (PB)** / Caline Mendes de Araújo. – 2019.
- BARBOSA, Raoni Borges. **O processo de modernização conservadora da cidade de João Pessoa–PB.** Sociabilidades Urbanas–Revista de Antropologia e Sociologia, v. 3, n. 7, p. 171-195, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2010.
- CARVALHO, S. H. **Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.4, p.130-135, 2001.
- CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, SB De M. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios.** América Latina: cidade, campo e turismo, p. 367-378, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato; VASCONCELOS, Pedro de Almeida; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial.** 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- DA CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. **Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes.** Celso Furtado e o Brasil, p. 129, 2000.
- DA SILVA, Natieli Tenório; DE OLIVEIRA MOURA, Marcelo; CUNICO, Camila. **Vulnerabilidade Socioambiental do Município de João Pessoa, Paraíba.** Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 43, p. 127-151, 2021.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento. Desenvolvimento em debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

DE OLIVEIRA SILVA, Marcella; BANTIM, Natasha; COSTA, Maria Angélica Maciel. **Precarização do trabalho no setor de eventos: um estudo inicial sobre os impactos para os trabalhadores e empresas.** Revista de Turismo Contemporâneo, v. 9, n. 1, p. 1-23, 2021.

DE OLIVEIRA, Aricarla Batista; SANTANA, Joana Valente. **Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo Promaben em Belém (PA)** | Socioeconomic impact of families' resettlement by Promaben in Belém, Pará. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 16, n. 41, 2018.

ESTENSSORO, Luis Enrique Rambalducci. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina.** 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GOMES, Luciano Bezerra; MERHY, Emerson Elias. **Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira.** Cadernos de Saúde Pública, v. 27, p. 7-18, 2011.

HELENA, Raimundo Santa. **Cartilha do povo** [en ligne]. 1.a. 1982, 8p. Disponível em: <<http://cordel.edel.univ-poitiers.fr/viewer/show/381>> (consultado a 25/02/2021).

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos.** São Paulo: Editora 34, 2000.

LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LE GUIN, Ursula K. **Os despossuídos.** Aleph, 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
Ruy Mauro Marini, Subdesenvolvimento e revolução. 5° Ed. Florianópolis: Editora Insular, p. 52, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MACHADO, Carly Barboza. projetos evangélicos e as periferias urbanas fluminenses. **OS LIMITES DA ACUMULAÇÃO, MOVIMENTOS E RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS**, p. 41.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Editora Insular. 2012.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira.** Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl. **O capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

MELO ANDRADE, Diogo de Calasans; DE MANEZES, Rita de Cassia Barros; OLIVEIRA, Lisiane Paixão Silva. **A reorganização urbana das metrópoles periféricas na era da financeirização global do capital** / The reorganization of urban peripheral metropolises in the era of global capital financialization. Revista de Direito da Cidade, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 1495- 1515, nov. 2016. ISSN 2317-7721. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/25207>>. Acesso em: 05 abr. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/rdc.2016.25207>.

MDEA DIEB, PD Martins - **O Rio Jaguaribe e a História Urbana de João Pessoa/Pb: da Harmonia ao Conflito**- Anais ENANPUR, 2017 - anpur.org.br

MORAES, Taciano Messias. **O uso de dashboards de Big Data Analytics no contexto das Cidades Inteligentes**. 2018.

MOURA, Anna Karla Cavalcante; GARCIA, Loreley Gomes. **Políticas públicas de turismo e sustentabilidade: o polo turístico Cabo Branco em análise**. Cultura: revista de cultura e turismo, v. 3, n. 3, p. 5, 2009.

M. T. Coriolano, Luzia Neide. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

NAME, L e BUENO, L.M.M. **Do risco ao sacrifício: “ambientalização” com injustiça ambiental? Análise a partir de duas cidades brasileiras**. Encontro dos Geógrafos da América Latina, 14, 2013. Lima. Anais... Lima: EGAL, 2013.

NASCIMENTO, Rebeca Maria Aguiar do; MAIA, Doralice Sátyro. **Os Impactos Iniciais da Lei de Terras de 1850 na Estrutura Fundiária da Cidade da Parahyba**. GeoTextos, v. 7, n. 2, Salvador, dez. 2011. Disponível em: . Acesso em: 23 jun. 2020.

OLIVEIRA, Ingra Freire de et al. **O papel das organizações internacionais na disseminação de políticas públicas: o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) no município de João Pessoa**. 2016.

PESSOA, Fernando (2002). **Poemas de Álvaro de Campos – Poesia**. Edição de Teresa Rita Lopes. Lisboa: Assírio & Alvim.

SANDEVILLE, E. ANGILELI, C. M. M. M. **Quando a casa vira parque**- Anais ENANPUR, 2013 - anpur.org.br

SANTANA, Joana Valente. **Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará**. Revista Katálysis, v. 15, p. 21-31, 2012.

SANTOS, Milton. **Economia espacial. Críticas e alternativas.** São Paulo: EDUSP, 2003. _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. p. 13 a 40.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. 1996. A especificidade dos países desenvolvidos.** p. 121 a 132.

SILVA, Phillipe Cupertino Salloum et al. **Minha propriedade, minha vida: as interfaces entre o direito à cidade e a política habitacional na cidade de João Pessoa-PB.** 2016.

SILVA, Rodrigo Torquato–UFF. **FAVELA, COLONIALIDADE E OS PROCESSOS DE SUBALTERNIZAÇÃO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR.** Anais Educere, Niterói, Rio de janeiro, 2008.

SOUSA, Joceli de Fatima Arruda. **O modo de produção capitalista e a subjetividade individualista subjacente: reflexos sobre a espacialidade urbana.** Mnemosine, v. 8, n. 2, 2012.

SUAVE, Angela Michele; FAERMANN, Lindamar Alves; DOS SANTOS, Kátia Hale. **CONFLITOS URBANOS: A FINANCEIRIZAÇÃO DA MORADIA E A VIOLÊNCIA DO ESTADO EM DESOCUPAÇÕES DOS MOVIMENTOS DOS SEM-TETO.** Humanidades & Inovação, v. 6, n. 17, p. 127-140, 2019.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos ambientais.** Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFMG, 2010

CONSULTA EM SITES:

Site oficial: Anexo 2 Guia Metodológico. Programa Cidades Emergentes y Sostenibles (ICES). Disponível em: <<https://www.iadb.org/es/desarrollo-urbano-y-vivienda/programa-ciudades-emergentes-y-sostenibles>> acesso em 21 de fev de 2021.

Site oficial: BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/iniciativas-prioritarias-%2C6008.html>> acesso em 21 de fev de 2021.

Brasil sai de lista das 10 maiores e cai para a 12ª, aponta ranking economias do mundo. Agência de classificação de risco Austin Rating (2021), divulgado no portal do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/brasil-sai-de-lista-das-10-maiores-economias-do-mundo-e-cai-para-a-12a-posicao-aponta-ranking.ghtml> Acesso em 05 de mar de 2021.

Site oficial: Convidamos a comunidade acadêmica da UFPB para participar da apresentação oficial da rede Intelicidades. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ce/contents/noticias/convidamos-a-comunidade-academica-da-ufpb-para-participar-da-apresentacao-oficial-da-rede-intelicidades/@@slideshow_view?ajax_include_head=1&ajax_load=1> Acesso em 10 de jul de 2021

Desigualdade nas metrópoles atinge nível mais alto registrado. Quarta edição do “Boletim das desigualdades”. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/desigualdade-nas-metrolopes-atinge-nivel-mais-alto-ja-registrado/>> Acesso em 10 de jul de 2021.

Site oficial: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Cidades. Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>> Acesso em: 27 de jun de 2021.

Ken Loach explica, no cinema, o capitalismo e o neoliberalismo Disponível em: <<https://disparada.com.br/ken-loach-capitalismo-cinema/>> acesso em 09 de jul de 2021.

Não é possível perder algo que nunca tivemos - a democracia. Disponível em <<https://jornalistaslivres.org/nao-e-possivel-perder-algo-que-nunca-tivemos-a-democracia-diz-vladimir-safatle/>> acesso em 08 de maio de 2021.

Site oficial: Prefeitura de Fortaleza apresenta novo programa de ações de coleta seletiva e limpeza urbana para a Capital. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-apresenta-novo-programa-de-aco-es-de-coleta-seletiva-e-limpeza-urbana-para-a-capital>> acesso em 05 dez de 2021.

Site Oficial: Programa João Pessoa Sustentável. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/projeto/produrbis-2/>> acesso em 05 de maio de 2021.

Site oficial: Rede Intelicidades discute soluções para João Pessoa. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/antigo/content/rede-intelicidades-discute-solu%C3%A7%C3%B5es-para-jo%C3%A3o-pessoa>> Acesso em 10 de jul de 2021.

Ricos ganha 39 vezes o salario dos mais pobres em regiões metropolitanas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/rico-ganha-39-vezes-o-salario-dos-mais-pobres-em-regioes-metropolitanas-diz-estudo.shtml>> acesso em 08 de jun de 2021.

CONSULTA EM VÍDEOS:

AUDIÊNCIA PÚBLICA (21/08/2019) - Projeto João Pessoa Sustentável. TVCâmaraJP (duração 2 h.4min.15s) Youtube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n6zV_eJlIsk>. Acesso em 05 dez/2021.

O NECROESTADO BRASILEIRO | Vladimir Safatle. TV BOITEMPO (duração 8 min..33s). Youtube, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CCgL60UJTck&t=373s>> acesso em 08 de jun de 2021.

CONSULTA DE MÚSICAS:

CRIOLO. Esquiva Da Esgrima. Faixa do álbum "Convoque Seu Buda". São Paulo: produção OLOKO RECORDS, 2014. (duração 4min). Disponível em: www.criolo.net. Acesso em 1 jun. 2021.

FACÇÃO CENTRAL. Discurso Ou Revolver. Faixa do álbum "A Marcha Fúnebre Prossegue", 2001. (duração 5min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OFhwUTkmMfc>> Acesso em 1 jun 2021.

RINCON SAPIÊNCIA. Ostentação à Pobreza. Faixa 12 do álbum "Galanga Livre", Produção Musical: Rincon Sapiência. Selo: Boia Fria Produções. 2017. (duração 4min) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p1VDiRf9VX4>> Acesso em 2 jun 2021.